

Rio Tietê – Parque Rocha Moutonée, Salto/SP

III - PERCEPÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: QUALIDADE DE VIDA E QUALIDADE AMBIENTAL

05/O ESPAÇO URBANO DE VÁRZEA PAULISTA E A EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS: BREVE COMPARAÇÃO DE CONCEITOS

VERONA, Juliana Augusta (Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista/ UNESP, Rio Claro - juverona@hotmail.com)

Em todos os lugares as pessoas buscam a melhoria da “qualidade de vida”. Diante de grupos de pessoas que vivem em regiões belíssimas, casas bem planejadas, áreas verdes, infra-estrutura adequada entre outros aspectos, pode-se elencar uma série de questões do que realmente seria a qualidade ambiental e de vida urbana, já que para muitos, o viver em ambientes com estas características ainda não traz boa qualidade de

vida. A inserção da cidade de Várzea Paulista nesta análise, partiu da observação deste espaço por apresentar características de cidade dormitório, correspondendo a uma concentração demográfica elevadíssima de 2.674,95 hab/Km² (Censo 2000), que se tornou verdadeiro laboratório, comprovando a relação existente entre concentração populacional e infra-estrutura urbana inadequada, que passou a oferecer a seus moradores baixa qualidade ambiental e de vida. Desta forma, entendendo-se que a sociedade humana depende, para o seu bem estar, da consideração não só dos fatores ambientais (físicos, químicos e biológicos), mas também dos parâmetros éticos e sociais, este estudo busca, através da análise de autores que trabalharam ou trabalham com a temática em análise, abordar a evolução das idéias que se inserem no cenário das questões ambientais, dando ênfase à qualidade ambiental e qualidade de vida; como também, relacionando-os ao contexto geográfico, e atribuindo no contexto final, algumas considerações sobre a cidade Várzea Paulista.

Palavras Chaves: Várzea Paulista; qualidade de vida; qualidade ambiental; espaço urbano

006/O FENÔMENO URBANO: UM ENSAIO ACERCA DA SUA PERCEPÇÃO

SILVA, Raquel Taminato Gomes da (Aluna do curso de Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro; rtaminato@uol.com.br)
GUIMARÃES, Solange T. de Lima (Depto. de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, hadra@uol.com.br)

Primeiramente propomos uma reflexão: O que é o urbano? Um emaranhado de pontos, linhas e áreas? Um conjunto de usos da terra justapostos entre si? Reflexo e condicionante social? Um modo de viver, pensar e agir? Diversos são os enfoques de análise da percepção do que é o urbano, mais ou menos significantes dependendo da sua integração com a natureza da investigação.

Com respaldos na fenomenologia, elaboramos um ensaio acerca do fenômeno urbano a partir de experiência ambientais subjetivas dos indivíduos, onde a realidade que importa é aquela que os seres humanos percebem como significativa. Trata-se de interpretar a cidade para além de suas formas concretas, e percebê-la enquanto lugar, paisagem vivida de realização da identidade e do cotidiano.

Este trabalho analisa percepções e interpretações da paisagem urbana contextualizadas e propiciadas através da experiência ambiental cotidiana de moradores de cidades de diferentes dimensões (metrópole, cidade média e cidade pequena) no estado de São Paulo.

Palavras-chave: percepção, urbano, lugar, cotidiano, identidade, cultura urbana

036/SALVADOR/BA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO URBANA DOS MORADORES DE RUA

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus (Mestranda em Geografia pela UFBA e professora da EsAEx/CMS.- ncjmhist@uol.com.br)

SILVA, Maria Auxiliadora da (Professora do Mestrado de Geografia da Universidade Federal da Bahia)

Entender o espaço urbano é uma tarefa difícil para os pesquisadores, dada a complexidade das dimensões objetivas/concretas e subjetivas/abstratas que este apresenta. Como dimensão objetiva/concreta, destacamos os fixos, as formas, a produção; já a dimensão subjetiva/abstrata é vislumbrada pelas relações e interações que o sujeito estabelece com o meio. Partindo dessa assertiva, toma-se aqui como balizamento os estudos sobre o espaço urbano, sistematizados por Corrêa (1997), que analisa os valores e sentimentos que o homem atribui ao espaço citadino. Nesse espaço referido anteriormente é que estão inseridos os moradores de rua, cristalizando a pobreza do urbano e ratificando as desigualdades e injustiças sociais, que transformam o espaço vivido num espaço segregado, no qual, os direitos dos cidadãos, são tratados de acordo com a lógica do mercado. Em Salvador este panorama não é recente. Estudos realizados por FILHO (1996), constata essa situação desde o século XIX e o escritor Jorge Amado também abordou a vida dos meninos de rua. Atualmente, a existência de pessoas que “adotam” a rua como moradia em Salvador têm aumentado cotidianamente e as instituições e projetos urbanos/sociais que atendem esta população, não satisfazem a demanda. Dada essa situação, acredita-se que tal questão merece uma análise mais profunda, no sentido de apreender-se a percepção, diagnosticar-se as reais necessidades desses moradores no espaço da cidade, relacionando-as com a questão das políticas públicas sociais e do planejamento urbano, no sentido de buscar inclui-los espacialmente como verdadeiros cidadãos.

Palavras-chave: Percepção, morador de rua, cidadania, espaço urbano, planejamento urbano

063/CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS SOB O OLHAR DE SEUS HABITANTES

DACANAL, Cristiane (Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, cris_arquiteta@yahoo.com.br);

GUIMARÃES, Solange T. de Lima (Depto. de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, hadra@uol.com.br)

A preferência em habitar condomínios horizontais suburbanos tem se justificado na melhor qualidade ambiental e de vida proposta por estes espaços em contraposição às áreas urbanas tradicionais. A fuga das problemáticas ambientais, encontradas principalmente nas áreas centrais das cidades, como a violência e o crime, a poluição em suas diversas formas, o congestionamento do tráfego, a desqualificação e insuficiência de áreas livres, faz dos condomínios horizontais suburbanos um sonho habitacional. Ainda, a qualidade ambiental percebida por habitantes de condomínios horizontais é influenciada pelo marketing publicitário envolvido em sua comercialização, no qual se valoriza, de forma poética, a natureza, a segurança, a tranquilidade e a privacidade das áreas comunitárias. Oculta à ilusão de pertencer a tais territórios homogêneos, se fortalecem a

segregação sócio-espacial, a dependência do carro, o abandono das áreas centrais das cidades, a privatização das áreas livres, agravando-se ainda mais as problemáticas que deram conseqüência a esta espacialização. Partindo de depoimentos a respeito da qualidade ambiental feitos por habitantes de condomínios horizontais, pretende-se refletir o espaço como uma extensão das relações sociais atuais.

Palavras chave: percepção ambiental, espaço vivido, sociedade, qualidade ambiental, condomínios horizontais

082-B/PLANEJANDO ESPAÇOS ABERTOS JUNTO A INSTITUIÇÕES PARA IDOSOS: UM ESTUDO SOBRE AS NECESSIDADES DE SEUS USUÁRIOS

TOMASINI, Sérgio Luiz V. (doutorando Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação - NORIE / UFRGS; sergiovtomasini@yahoo.com.br);
FEDRIZZI, Beatriz (Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação - NORIE / UFRGS; beatrizfedrizzi@terra.com.br)

Espaços abertos (pátios) localizados junto a instituições para idosos podem constituir um importante recurso para elevar a qualidade de vida nestas instituições. A contribuição destas áreas, no entanto, depende em grande medida de um planejamento voltado ao atendimento das necessidades específicas de seus usuários. Com o objetivo de gerar informações capazes de orientar um planejamento mais adequado neste sentido, foi desenvolvido um estudo de casos envolvendo duas instituições para idosos localizadas em Porto Alegre-RS. Para isso, o estudo procurou investigar, em cada instituição, através da realização de entrevistas e observações, locais específicos das áreas externas mais utilizados e menos utilizados pelos idosos, bem como identificar características físicas que definem estas preferências. Os resultados da pesquisa sugerem que os locais mais utilizados pelos idosos estão associados às seguintes características: acessibilidade e segurança, proximidade das edificações, liberdade de acesso, conforto, presença de elementos de interesse, possibilidade de desenvolvimento de atividades, e privacidade. Com base na identificação destas características e em uma revisão bibliográfica relacionada ao tema, o trabalho discute possíveis soluções de *design* aplicáveis ao planejamento dos espaços abertos de instituições desta natureza a fim de melhor atender as necessidades de seus usuários.

Palavras-chave: psicologia ambiental; envelhecimento; instituições para idosos; planejamento de espaços abertos

097/PERCEPÇÃO E SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO EM BAIRRO PERIFÉRICO DA CIDADE DE MANAUS/AM

OLIVEIRA, Raquel Paiva de (Universidade Federal do Amazonas – Centro de Ciências do Ambiente - raquelcca@yahoo.com.br);

NODA, Sandra do Nascimento (Universidade Federal do Amazonas – Faculdade de Ciências Agrárias);

MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi (Centro Universitário Luterano de Manaus – CEULM/ULBRA)

A urbanização no Brasil, principalmente nas regiões metropolitanas, vem produzindo estruturas complexas, desiguais e compartimentadas, constituindo-se num fator de diminuição da qualidade de vida. Esta problemática ambiental tem efeitos imediatos sobre a saúde humana, pois saúde não é apenas a ausência de doença, exige um conjunto de ações, na qual a prática médica assistencial representa parte desse esforço. Neste contexto, reclama-se por uma diferente postura na gestão das políticas públicas, em que a participação popular, o controle social, e o exercício da democracia mostram-se componentes indispensáveis. A percepção é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde, que atendam as necessidades da coletividade, gerando, conseqüentemente, entre outros aspectos, o desenvolvimento da comunidade beneficiando os indivíduos em termos de qualidade de vida. Ao trabalhar com a percepção ambiental faz-se necessário descrever qual é o conceito de saúde na percepção dos moradores da área de estudo; a partir dessa análise, é possível então desenvolver um mapa de vulnerabilidade ambiental relacionando o meio ambiente e a saúde. Neste íntere, o presente trabalho pretende, a partir da percepção ambiental dos moradores do Bairro Jorge Teixeira localizado na Zona Leste da cidade de Manaus/AM, analisar as inter-relações de saúde, doença e meio ambiente tendo como método de abordagem o estudo de caso. Os procedimentos metodológicos adotados para atender os objetivos da pesquisa serão o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo onde serão utilizadas as técnicas de roteiro de entrevistas, mapas mentais, análise de fotografias e visitas orientadas. Com este estudo espera-se encontrar elementos que possam subsidiar políticas públicas de saúde coletiva mais eficientes e adequadas à realidade.

Palavras-chave: percepção, saúde, ambiente

099/AVALIAÇÃO PRELIMINAR DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE USUÁRIOS RESIDENCIAIS NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO DO PINHEIRINHO (ARARAQUARA-SP)

MARCONATO, Maria de Lourdes Ferreira (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA; ceam@uniara.com.br);

TEIXEIRA, Denilson (Coordenador do Centro de Estudos Ambientais CEAM – UNIARA; ceam@uniara.com.br)

A água sempre foi elemento primordial para a manutenção da vida e para o desenvolvimento sócio-econômico, influenciando as formas de ocupação territorial e as relações políticas.. Atualmente, assume destaque no contexto mundial como capital

natural e fonte energética. A descentralização das decisões políticas em relação aos recursos hídricos, por meio dos comitês de Bacias Hidrográficas vem de encontro com a preocupação da manutenção da qualidade de água e sua disponibilidade em relação aos seus usos múltiplos. A gestão desses conflitos, tem tido como recorte espacial a Bacia Hidrográfica e como proposta de deliberação a paridade de forças: estado, município e sociedade. Entretanto, participação social sem informação pode inviabilizar a construção adequada desta nova proposta de gestão de recursos hídricos. No presente trabalho, por meio de pesquisa de campo, onde foi utilizado um questionário elaborado pela UFSCar, pretendeu-se avaliar o grau de percepção ambiental de questões relativas a qualidade e quantidade de água, assim como, atitudes sobre práticas de consumo. Os resultados preliminares baseados nas formações de imagens mentais, expectativas, julgamentos e condutas apontam para falta de conhecimento e percepção do tema. Outro aspecto relevante é a força da pressão econômica nas mudanças de hábito e descrença na idoneidade dos órgãos gestores e poderes públicos.

Palavras-chave: Percepção social da água, Gestão de Bacias Hidrográfica, Política Ambiental Regional

113/POBREZA URBANA – CONCEPÇÕES TEÓRICAS E O SEU REBATIMENTO ESPACIAL

BRONIERA, Alessandra; NAKASHIMA, Sandra Y. & HINO, Maria Y. [participantes do Projeto de Pesquisa “*Uso do Solo Urbano de Londrina*” –CNPq; Universidade Estadual de Londrina/Centro de Ciências Exatas/Departamento de Geociências/Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais - Londrina – PR; e-mails: abroniera@yahoo.com.br (1); sandrayoshimi@hotmail.com (2); lpur@uel.br (3)]

A heterogeneidade das formas de uso do solo urbano, refletem as ações públicas e/ou privadas, como um dos resultados da organização da sociedade. Neste trabalho, as pesquisas demonstraram que essas formas de uso, fruto muitas vezes da irracionalidade administrativa, facilitam e induzem as práticas ilegais ou marginais, cometidas pelas sociedades urbanas. Nessas áreas, nem sempre localizadas em regiões periféricas urbanas, as crianças e os adolescentes são os grandes prejudicados. Na pesquisa, foi possível perceber que a pobreza urbana de Londrina e a exclusão social são fenômenos que estão relativamente interligados. Alguns estudiosos como SINGER (1998), CAMPOS, (2003) e ZARTH (1998), apontam diversas formas de exclusão, tais como a econômica, gerada pela falta de trabalho e renda, e a social, gerada pelo rompimento e distanciamento das relações entre as pessoas que acabam por se tornar desamparadas, até mesmo por familiares. Outra forma de se caracterizar a exclusão é dividi-la em “velha” e “nova exclusão, sendo a primeira representante de níveis de baixa escolaridade, pobreza absoluta e famílias numerosas, compondo principalmente o espaço geográfico localizado mais ao Norte e Nordeste do país, e a última, tendo por principais características, a elevada escolaridade. Entretanto, sem perspectivas de emprego e salário justo, situações de desemprego generalizado e duradouro, além de empregos e ocupações informais, centralizando-se principalmente nos grandes centros urbanos das regiões mais desenvolvidas, como o Sul e Sudeste.

Palavras chaves : pobreza urbana, exclusão social, cidade

114/SOM-CIDADE: 24 HORAS NO AR

CONSTANTINO, Regina Marcia (Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento – Universidade Estadual de Londrina - reginkari@yahoo.com.br);
FERREIRA, Yoshiya Nakagawara (Docente do mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento/Depto de Geociências/Universidade Estadual de Londrina - yoshiya@ldnet.com.br)

As relações entre ser humano, som e ambiente são antigas, estão presentes nos mitos, livros sagrados, relatos de historiadores, filósofos, médicos, naturalistas e outros estudiosos. Há uma trilha sonora em cada passo do filme-humanidade. A partir da Revolução Industrial, com o acréscimo progressivo de novos sons ocorre uma transformação no perfil acústico do planeta. Do século XX em diante, com a diversificação e a potencialização do ambiente sônico, o tema não pode mais ser ignorado dentro do contexto geral de meio ambiente.

As cidades soam, cada uma com sua personalidade acústica. Algumas tem *soundmarks* de identificação imediata, como o Big Ben em Londres, mas independente disso cada uma é especial com seus sons naturais, como o dos pássaros, o vento nas árvores, e os sons culturais, provenientes dos inventos tecnológicos e da própria música hoje onipresente, em cada lugar, muitas vezes sem critério algum e excessivamente forte.

Neste século XXI herdamos, do anterior, novas fronteiras sonoras: a utilização dos sons na medicina, os ultra-sons; o rastreamento de espécies marinhas; a metamorfose do ruído, na música erudita Eletroacústica, mas ao lado destes aspectos fascinantes, temos a poluição sonora, o barbarismo dos decibéis.

Vivemos imersos em ondas sonoras, dissimuladas pela invisibilidade, somando-se a isso a predominância visual de nossa civilização, muitas vezes os sons passam despercebidos. Mesmo incomodados por um assédio sonoro constante, continuamos caminhando e vivendo como se fosse tudo normal. Somos muito mais indulgentes e passivos com a poluição sonora do que com qualquer outra. Descuidados ouvimos mas não escutamos nossa própria trilha sonora, e não se trata só de sons nocivos, que provocam desequilíbrios na saúde, mas também daqueles que estamos deixando de ouvir e que poderiam nos fazer mais felizes.

Partindo de um resgate de aspectos da evolução sonora no espaço-tempo, chamamos a atenção para a relevância dos fenômenos acústicos. A quem isso importa? Quando os sons ultrapassam os limites saudáveis para o ser humano quando o preço tecnológico é pago em doenças e baixa qualidade de vida a questão envolve a todos, cada ser humano das cidades da Terra.

Palavras chaves : Som/cidade, som/saúde, poluição sonora

121/A PERCEPÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA O ESTUDO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL URBANA

OLIVEIRA, Gabriel Vitoreli de (PiBIC-CNPq-UEL), e-mail: gabriel5@pop.com.br;
FERREIRA, Yoshiya Nakagawara (Docente do Departamento de Geociências,
Universidade Estadual de Londrina/UEL /Centro de Ciências Exatas/ Departamento de
Geociências/ Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais –Londrina – PR;
yoshiya@ldnet.com.br; lpur@uel.br)

A crescente urbanização nos últimos anos tem contribuído para o aumento da degradação ambiental nos centros urbanos, principalmente nas grandes cidades. Os impactos ambientais, como a poluição de mananciais, poluição atmosférica, desmatamento, processos erosivos e conseqüente assoreamento de rios e lagos, se tornaram elementos presentes na realidade ambiental das principais cidades brasileiras. Os danos causados pelos impactos ambientais podem ser considerados como alterações das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente que incidem direta ou indiretamente nos componentes que compõem este meio ambiente (Resolução do CONAMA n. 001/86). Existem diversas formas de impactos que degradam os diferentes sistemas ambientais (sistemas climáticos, aquáticos, terrestres e biológicos). Desta forma, o estudo da degradação ambiental não deve ser realizado apenas sob o ponto de vista físico, já que o mesmo é um problema social (BLAIKIE e BROOKFIELD *apud* CUNHA e GUERRA, 2000); ou seja, a degradação ambiental é fruto da relação sociedade e natureza, suas conseqüências, na maioria das vezes, são socializadas. Neste sentido, compreender a essência desses impactos sobre o meio e, de que forma a comunidade percebe os mesmos é de grande importância para uma análise geográfica coerente que crie subsídios para o planejamento ambiental urbano.

A percepção dos impactos ambientais, resultando em uma degradação conseqüente, muitas vezes pelo mau uso dos recursos ambientais, só é possível, quando a comunidade que sofreu danos tem condições de avaliar os tipos de danos, bem como a origem desses danos.

Nesta pesquisa, o principal objetivo é fazer com que a comunidade participe e compreenda o processo de degradação ambiental, para que possa interferir ou apresentar alternativas para minorar a degradação.

Palavras-chave: impactos e degradação ambiental, percepção

005/O ESPAÇO URBANO DE VÁRZEA PAULISTA (SP) E A EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS: BREVE COMPARAÇÃO DE CONCEITOS

Juliana Augusta Verona

Introdução

Em todos os lugares as pessoas buscam a melhoria da “qualidade de vida”. Diante de grupos de pessoas que vivem em regiões belíssimas, casas bem planejadas, áreas verdes, infra-estrutura adequada entre outros aspectos, pode-se elencar uma série de questões do que realmente seria a qualidade ambiental e de vida urbana, já que para muitos, o viver em ambientes com estas características ainda não traz boa qualidade de vida. A inserção da cidade de Várzea Paulista nesta análise partiu da observação deste espaço por apresentar características de cidade dormitório, correspondendo a uma concentração demográfica elevadíssima de 2.675 hab/km² (IBGE, 2000), que se tornou verdadeiro laboratório, comprovando a relação existente entre concentração populacional e infra-estrutura urbana inadequada, que passou a oferecer a seus moradores baixa qualidade ambiental e de vida.

Desta forma, o objetivo deste estudo é abordar idéias que se inserem no cenário das questões ambientais, dando ênfase à qualidade ambiental e qualidade de vida; como também, relacionando-os ao contexto geográfico, e atribuindo no contexto final, algumas considerações sobre a cidade Várzea Paulista.

O Cenário das Questões Ambientais

Vem se realizando, nos últimos anos, um debate fundamental em torno de proporcionar maior desenvolvimento urbano nas cidades, para minimizar os desequilíbrios e as desigualdades socioeconômicas que se acentuam a cada dia, diminuindo os graus de satisfação das necessidades básicas de seus habitantes e pode-se acrescentar ainda a redução das possibilidades de auto-gestão e o melhor desempenho dos organismos e instituições vinculados com a gestão.

A organização espacial da cidade interfere na qualidade de vida da população revelando que o espaço de uma cidade, frente ao sistema econômico vigente, constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra, este complexo conjunto de usos da terra é, na realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano.

Cada espaço tem importância individualmente (quando tratamos de bairros com pessoas de rendas diferentes, por exemplo), no entanto, só funcionará bem se estiver articulado com o TODO (a cidade); neste caso, destaca-se todos os aspectos que compõe este espaço articulado (pessoas com rendas diferentes, infraestrutura básica, educação, comércio em geral, saúde, transporte...) e que precisam ser organizados espacialmente e, sobretudo, considerando a qualidade de vida urbana para todos que habitam a cidade.

Evolução das Questões Ambientais

Até a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente em 1972, os maiores problemas ambientais eram percebidos pela comunidade internacional como de alcance local. Hoje, reconhece-se que os problemas ambientais se generalizaram, extrapolando grandemente os antigos limites. Com efeito, eles interagem em escala planetária e geram uma série de problemas sociais (como exemplo da desertificação, da degradação de florestas e edifícios pela chuva ácida, da contaminação tóxica de suprimentos de alimento e água, etc.).

As cidades tornaram-se espaços cada vez mais urbanizados e crescem constantemente, assumindo papel relevante no cenário do meio ambiente global. Torna-se fundamental reconhecer a natureza global dos problemas urbanos e empenhar nossos melhores esforços para tornar as cidades lugares mais dignos para se viver – e mais favoráveis do ponto de vista ambiental.

Sustentabilidade Ambiental

Neste contexto busca-se compreender melhor o conceito de sustentabilidade ambiental, como evolui a percepção da sociedade sobre os problemas ambientais e os reflexos dessa evolução que se traduzem nos instrumentos de gestão ambiental em diversas esferas da sociedade.

No início da década de setenta, em relação à situação ambiental, o aumento da população mundial, ao lado de vazamentos de petróleo nos oceanos e emissões de dióxido de carbono, constituíam as principais ameaças ao bem-estar do Homem. No início da década de oitenta a percepção dos problemas se amplia, pois além dos antigos problemas, já se discutia efeitos dos gases estufa, poluição dos oceanos, desmatamento, perda da biodiversidade e chuva ácida. No final da mesma década, outra quantidade de fatores de poluição ambiental é entendida como ameaças não apenas ao Homem como ao Planeta. Entre eles destacavam-se: mudança climática global, alteração da camada de ozônio associada aos CFC's, resíduos tóxicos, perda de habitats, poluição das águas superficiais e subterrâneas, disponibilidade de água doce, degradação ambiental dos países em desenvolvimento, marginalização, desperdício de energia, perdas de solo e desertificação.

Os esforços de perceber e entender os problemas ambientais fez com que o Homem também entendesse que é o tipo de relacionamento entre ele e a natureza que determinará os problemas ambientais, sua intensidade e qualidade. Ao se admitir que toda atividade humana, econômica e sócio-cultural toma lugar num contexto bio-físico e que interfere sobre ele, é preciso transformar a qualidade e intensidade dessas relações.

Os avanços relacionados a essa discussão, resultaram na elaboração de vários documentos provenientes das diversas conferências realizadas sobre o termo, os mais atuais são: o “Relatório Nosso Futuro Comum” (1987) que ampliou divulgação do termo “Desenvolvimento Sustentável”; a “Agenda 21” (1992) a qual analisou os problemas sociais, econômicos e ambientais, desse modo buscando alternativas para atingir a sustentabilidade; a “Agenda Habitat II” (1996) voltado para a discussão sobre

assentamentos humanos, associa a esta o meio urbano e a sustentabilidade e o "Relatório de Kioto", o qual debate as mudanças climáticas e a redução de poluentes. Outras duas contribuições importantes foram a elaboração das "Agendas Marrrom e Verde", sendo, uma voltada para o saneamento ambiental e a outra para os impactos e preservação da natureza.

Estes documentos foram relevantes para chegar ao conceito de sustentabilidade, apesar deste não se apresentar de maneira estática, tornou-se um eixo para amplas discussões. Atualmente, a sociedade e alguns setores interessados em reduzir seus impactos, principalmente do meio urbano sobre o meio natural, adequam seus próprios conceitos e diretrizes de sustentabilidade, respeitando os princípios elaborados pelas agendas.

Vale destacar que a linha que separa sustentabilidade ambiental de sustentabilidade social e econômica é extremamente tênue, uma vez que a primeira necessita da segunda e vice-versa, no sentido em que os recursos deverão ser usados pelos homens, de maneira a aumentar a equidade e a justiça social, ao mesmo tempo em que reduz a desintegração social. Dessa forma, o capital natural é um elemento comum a sustentabilidade ambiental e econômica, representando para esta, seu maior desafio. Para isso, "*a humanidade deve aprender a viver dentro dos limites do meio ambiente físico, como provedor de insumos e receptor de resíduos*" (GOODLAND apud CAVALCANTI, 1996).

Os cinco paradigmas do gerenciamento da relação entre o Homem e Natureza

Às diferentes etapas dessa progressão acerca do entendimento dos problemas ambientais e de suas causas, correspondem diferentes maneiras de descrever a relação fundamental entre Homem e natureza e que se traduzirão no gerenciamento que é praticado. Colby (1990) identificou cinco momentos que mais se destacam e os associou a cinco paradigmas, correspondentes ao mesmo tempo, a cinco estágios na evolução da percepção e da interação Homem/natureza, há cinco diferentes hipóteses sobre a natureza e atividade humana. Cada uma das etapas tem questionamentos e exigências diferentes, percebe diferentes ameaças e riscos que se colocam como problemas para o desenvolvimento. Como não poderia ser diferente, propõe soluções e estratégias de gerenciamento diversas.

Apesar das diferenças, eles mantêm alguns pontos em comum, pois como é característico de tempo de mudanças, há uma quantidade crescente de aspectos que fluem de um paradigma para outro, principalmente com a evolução de paradigmas mais novos, estes incorporam muito do mais antigo. Não sendo, portanto, espécies separadas, nenhum deles, isoladamente, têm a melhor resposta para cada tipo de problema do desenvolvimento ou do gerenciamento ambiental.

A análise que se segue, tem como referência a formulação de Colby (1990):

1º Paradigma: Economia de Fronteira

A natureza é entendida como oferta infinita de recursos físicos a serem usados em benefício dos seres humanos, como receptor infinito dos sub-produtos do desenvolvimento, além de consumidor desses benefícios, na forma de vários tipos de

poluição e degradação ecológica. Estabelece assim, um fluxo de recursos da natureza para a economia e outro fluxo de resíduos de volta para o meio ambiente.

Na teoria e na prática, economia e natureza estão separadas, sendo que os processos econômicos de produção e consumo ocorrem dentro de um sistema totalmente fechado, para o qual se supõe que a capacidade da natureza de suprir as necessidades por recursos e serviços seja infinita. Os únicos fatores limitantes são trabalho e capital construído pelo homem, pois todo o resto é contornado pelos avanços tecnológicos com sua infundável capacidade de resolver problemas, principalmente através da substituição, quando a escassez provoca alta de preços.

Foi o paradigma dominante nos países industriais até os anos sessenta, no qual a natureza existe como um instrumental para beneficiar o Homem, sendo por ele explorada, manipulada e modificada, de toda maneira possível, desde que seja para melhorar a qualidade material de sua vida.

Essa abordagem origina uma forma de gerenciamento da relação entre a atividade humana e a natureza, de orientação unilateral, sem dúvida antropocêntrica, onde o dano, quando era notado, poderia ser facilmente reparado, graças ao desenvolvimento tecnológico que, assim como o progresso e o crescimento econômico, também era infinito.

A debilidade dessa abordagem surgiu da diferença entre vulnerabilidade e dano ecológico entre os ecossistemas tropicais e temperados e as diferenças entre os tipos de problemas ambientais que eles enfrentavam. Até há pouco tempo, apenas a exaustão e os danos ecológicos impostos aos trópicos eram irreversíveis, ao passo em que os problemas ambientais dos países industrializados eram bem diferentes, relacionavam-se mais com a poluição industrial.

2º Paradigma: Ecologia Profunda

É considerada a abordagem oposta à anterior, correspondendo mais caracteristicamente a um movimento político, a um sistema ético, de valores fundamentalmente diferentes, reagindo contra as conseqüências do paradigma dominante. Este deixou para trás aspectos éticos, sociais e espirituais que tentam ser resgatados pela ecologia profunda.

Ao contrário da hierarquia da economia de fronteira, o Homem é colocado numa posição de subordinação à natureza, o que fundamenta o estabelecimento de alguns de seus dogmas básicos: igualdade das espécies, maiores reduções da população humana, autonomia bio-regional (redução da dependência econômica, tecnológica e cultural e comércio apenas entre regiões integradas, com características ecológicas comuns), promoção da diversidade ecológica e cultural, economia orientadas para o não crescimento, fim da dominação da tecnologia, maior uso de sistemas tecnológicos e de gerenciamento de sociedades nativas. Apesar de sua implementação exigir profundas reformas nos sistemas legais, econômicos e sociais, e nas concepções de desenvolvimento, alguns de seus princípios poderão ser aproveitados em futuras concepções de desenvolvimento.

Sua fragilidade está vinculada à sua própria inviabilidade, pois não é possível esperar que o mundo retorne a um estilo de vida tão diferente do atual, além de ser impraticável, para um grande número de pessoas seria indesejável.

3º Paradigma: Proteção Ambiental

No final da década de sessenta, problemas ambientais dos países industrializados, como poluição, destruição de habitats e de espécies, exigiram maior atenção, o que acarretou o enfraquecimento do paradigma dominante até então.

O estudo de impacto ambiental foi institucionalizado, entre a polarização da economia de fronteira e a ecologia profunda, como uma maneira de avaliar os custos e benefícios da poluição ambiental.

O gerenciamento ambiental, que explicitamente buscava a proteção ambiental, tinha como principal objetivo controlar o dano, reparando e estabelecendo limites para as atividades prejudiciais, e melhorar o desenvolvimento e a resistência ecológica. No caso da indústria, as medidas concentravam-se, predominantemente, no final do processo, muito mais do que um tratamento em toda a planta.

Outra estratégia desse paradigma foi a legalização do meio ambiente como uma externalidade econômica, propiciando a adoção dos instrumentos de comando e controle para o estabelecimento de limites sobre a poluição ou outros danos. Todavia, esses limites aceitáveis de poluição, eram determinados pela aceitação e viabilidade econômica a curto prazo, portanto, o que tornava a maioria, arbitrários. Justificava-se que os níveis ecologicamente corretos ainda não eram conhecidos.

Do lado do governo, houve a criação de agências governamentais de proteção ambiental, responsáveis pelo estabelecimento dos limites e os mecanismos de correção quando eles fossem ultrapassados. As agências ainda mantinham alguns aspectos de fragmentação de responsabilidades, com separação de problemas, como no paradigma anterior.

Os resultados dessa abordagem em relação às respostas das empresas, são ainda menos significativos, pois o gerenciamento ambiental é visto como custo adicional, que não tem facilidades de traduzir benefícios ecológicos em termos monetários. Os problemas ambientais ainda não são assimilados como limites reais, principalmente devido ao caráter onipotente da tecnologia, logo, a interação entre a atividade humana e a natureza mantém-se unilateral e antropocêntrica, produzindo crescentes saldos negativos para a natureza.

4º Paradigma: Gerenciamento de Recursos

A principal razão para a superação do paradigma anterior para este, associa-se ao crescimento dos movimentos ecológicos em alguns países em desenvolvimento. Neles, apesar das exigências de sobrevivência, em geral, excederem o interesse pela qualidade ambiental, os efeitos da degradação sobre a saúde dos pobres são muito mais severos e mais sentidos, da mesma forma que são os pobres que sentem mais rigorosamente os efeitos da exaustão de recursos.

Tema básico do Relatório Brundtland, esse tipo de abordagem tem como foco central, a incorporação de todo tipo de recursos, biofísico, humano, infra-estrutura e monetário, nos cálculos das contas nacionais, de produtividade, de políticas para o desenvolvimento e planejamento do investimento.

Contrapõe-se diretamente com o paradigma anterior no tratamento de algumas questões: as vinculadas com exaustão de recursos, agora consideradas matéria de preocupação; a poluição passa a ser vista como um recurso negativo, que provoca degradação do capital natural; o clima e os processos de regulação são recursos fundamentais, considerados vitais e, portanto, devem ser gerenciados por essa abordagem; parques e reservas são considerados recursos genéticos e elementos fundamentais como reguladores climáticos.

Permanece, entretanto, a concepção antropocêntrica, de acordo com a qual os recursos devem ser gerenciados para que possam ser usados continuamente. A concepção antropocêntrica da abordagem em foco, se revela na premissa básica de que ferindo a natureza, o Homem está sendo ferido também. E a ecologia sendo apenas parcialmente absorvida pela economia, que incorporou alguns princípios básicos da ecologia, com o objetivo de manter a estabilidade do sistema de suporte dos ecossistemas, para a manutenção do desenvolvimento sustentável.

5º Paradigma: Ecodesenvolvimento

Tendo evoluído a partir das limitações das anteriores, o ecodesenvolvimento parece ser o paradigma mais adequado ao futuro, pois é o que pressupõe maiores e mais profundas mudanças no pensamento e na prática do que as exigidas pelos paradigmas da Proteção Ambiental e Gerenciamento de Recursos.

O gerenciamento ambiental é reorientado para a proteção ambiental, não mais num sistema fechado, que foi substituído pelo modelo de economia biofísica, uma economia aberta, termodinamicamente encaixada dentro do ecossistema, parte integrante do fluxo de recursos biofísicos (energia, materiais e os ciclos de processos ecológicos) sai do ecossistema para a economia, e energia degradada (não utilizável) e outros subprodutos (poluição) fluem de volta para o ecossistema.

Um dos principais objetivos desse paradigma é substituir o princípio do poluidor pagador pelo princípio de pagar para prevenir a poluição, por meio da reestruturação da economia, de acordo com os princípios ecológicos de redução da atividade econômica.

O ecodesenvolvimento incorpora preocupações culturais e de equidade social presentes em várias escolas da ecologia profunda, num movimento em direção a sintetizar valores biocêntricos e antropocêntricos, convergindo para o ecocentrismo, numa posição nem acima e nem abaixo da natureza.

A concepção do ecodesenvolvimento, sua teoria de gerenciamento ambiental, de desenvolvimento e meio ambiente fundamenta-se no reconhecimento de que o Homem e a natureza não são separados como supunham a filosofia ocidental e as abordagens governamentais.

A proposta de um modelo alternativo de desenvolvimento, coincide com um período de fluxo intenso, em direção a uma síntese dos cinco paradigmas (Economia de fronteira, Ecologia profunda, Proteção ambiental, Gerenciamento de recursos e Ecodesenvolvimento), ou a outro diferente, que traduza uma nova etapa da evolução e conhecimento do Homem. Dado que os imperativos econômicos e ambientais que se impõem aumentam a cada uma das etapas, ainda hoje é a relação entre meio ambiente e estágios de desenvolvimento diferenciados que constituem o desafio que precisa ser transposto.

É necessário que o próximo paradigma rompa com a resistência às mudanças, provoque o fim da imobilidade política, cultural e comportamental, estimulando as inovações institucionais e a cooperação efetiva entre países industriais e em desenvolvimento, da forma como é exigido para enfrentar os desafios atuais.

O momento atual da relação entre Homem e natureza e de sua percepção, que coincide com as discussões em torno dos meios de se implementar o desenvolvimento sustentável, reflete-se nas propostas de política e nos conceitos e instrumentos de gestão ambiental e desenvolvimento.

Cidades Sustentáveis

As cidades, dependendo de sua urbanização, têm problemas próprios que demandam prioridades, os quais ao serem solucionados ou minimizados tendem a atingir o desenvolvimento voltado à perspectiva da sustentabilidade. A problemática ambiental urbana requer, entre outras ações, a adoção de uma política de ocupação para o território que abranja estudos sobre a rede de cidades, bacias hidrográficas, uso e ocupação do solo etc.

Ultramari (1998:27) alerta para a diferenciação existente entre os conceitos de desenvolvimento sustentável em cidades e de cidades sustentáveis. Para esse autor:

...o conceito de Desenvolvimento Sustentável indica um processo a ser seguido, a partir de compromissos ambientais e sociais com as gerações contemporâneas e futuras e o conceito de Cidades Sustentáveis indica uma realidade já determinada, onde se observa um equilíbrio entre o que é produzido e consumido pela cidade, sem quaisquer impactos no montante de recursos ambientais hoje disponíveis.

Segundo o autor, o primeiro conceito que se refere ao desenvolvimento sustentável, permite "concessões" na trajetória de algo a ser atingido, porém, o segundo que trata de cidades sustentáveis, indica uma transformação a ser realizada e concernente à idéia de sustentabilidade.

De acordo com Ultramari (1998), no conceito de desenvolvimento sustentável existe a possibilidade de atender as necessidades humanas geradas na cidade, as quais deverão ser satisfeitas segundo os limites impostos pela sustentabilidade da região ou mesmo do planeta. O que leva a idéia de bio-região, flexibilizando o conceito de sustentabilidade nos espaços urbanos, abordando essa discussão numa escala global. A definição apresentada pelo autor, define bio-região como um conjunto do espaço construído,

tratando a cidade como um ecossistema que não se restringe aos limites político-administrativos, ou a sua mancha urbana.

O segundo conceito abordado pelo autor, “cidades sustentáveis”, é mais flexível, pois possibilita às cidades compartilhar responsabilidades em direção a sustentabilidade. Considera-se assim, que o conceito de “cidades sustentáveis” possibilita o planejamento e ações de formas reais, já que aproxima o poder local das verdadeiras necessidades do espaço urbano.

Segundo os autores Jacobi & Grostein (1998:57), estes definem as cidades sustentáveis como sendo: “*A forma de conjugação das questões econômica, social, política e ambiental. Nesse contexto, o ambiente construído das cidades, definido pelos espaços edificadas e pelos espaços livres, revela as diferentes opções de desenvolvimento urbano adotadas*”.

Destaca-se que o aumento da concentração populacional nas áreas urbanas, tem exercido uma grande demanda de infra-estrutura, sendo esta insuficiente ou escassa, agravando os problemas ambientais urbanos e as condições de vida nas cidades.

Para que as cidades se tornem sustentáveis é necessário que os processos de urbanização e as práticas urbanísticas englobem os princípios de sustentabilidade nas diversas dimensões na produção e na gestão do espaço. É preciso incorporar a idéia de limite dos recursos naturais, buscando minimizar a degradação e o desperdício. Para tal é imprescindível viabilizar os canais institucionais, que possibilitem a participação da população em práticas de co-responsabilidade (JACOBI & GROSTEIN; 1998).

Costa (2000) alerta para esta questão ao debater sobre a fragilidade teórica do conceito de Desenvolvimento Sustentável, discute principalmente a forma que este termo vêm sendo utilizado (rótulo de marketing urbano, uma utopia, uma falsa questão ou um novo discurso do planejamento). A autora argumenta através de abordagens recentes, partindo da economia política e incorporando elementos da ecologia política e do pós-estruturalismo.

Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida

Os habitantes das cidades e entidades governamentais, requerem o conhecimento de sua realidade, ampliá-lo, organizá-lo e articulá-lo, para orientar a transformação de sua realidade para situações mais favoráveis. Portanto, a qualidade de vida é um instrumento organizador, que permite dar respostas a várias interrogações.

Oliveira (1983:5-6) retrata a dificuldade em definir estes conceitos refletindo:

Como definir a qualidade ambiental? Esta é uma expressão de uso corrente e de difícil definição. Todos reconhecem que deve haver um mínimo de boa qualidade em um meio ambiente para o ser humano sobreviver. Mas o que é boa qualidade ambiental? Qual é o padrão de qualidade a ser usado para determinar essa boa qualidade? Qual seria o seu mínimo? Quais os critérios a serem empregados para determinar os parâmetros de qualidade ambiental? Uma das dificuldades para responder de maneira satisfatória a essas perguntas é que a qualidade do meio

ambiente determina as várias formas e atividades de vida ou, ainda, que a vida determina o meio ambiente. O que ocorre é uma interação profunda e contínua entre ambos, devendo sempre haver um equilíbrio entre a vida e o meio ambiente. É evidente que esse equilíbrio e essa interação variam de escala, em tempo e lugar: há equilíbrios e interações frágeis e intensas, duradouras e efêmeras, presentes e passadas.

Tuan (1978) destaca que poucas expressões de nosso uso cotidiano são de tão difícil definição como a qualidade ambiental e qualidade de vida. Para o autor a vida está ligada ao seu “meio nutridor”, das condições físicas, químicas e biológicas que a mantém, ao mesmo tempo em que as necessidades humanas também requerem o “*sustentáculo do ambiente humano e social para sobreviver*”.

Burton (1968) revela que a qualidade ambiental não deve estar restrita à natureza ou ecossistema, já que é composta por elementos da atividade humana com reflexos diretos na vida do homem.

Mallmann (1982:56) destaca que: “*La calidad de vida es el producto, para cada persona, de sus estados de salud y satisfacción. Em esta conceptualización, la salud se entiende como bien estar físico, mental y social, y la satisfacción es la discrepancia entre aspiraciones y logros*”. Desta maneira se trata de determinar a satisfação das pessoas e das comunidades no seu conjunto, distinguindo as condições objetivas e subjetivas de qualidade de vida.

As palavras de Galoppin (1982:63) são: “*La calidad de vida es experimentada por personas individuales e incluye dos conjuntos básicos de factores: la salud o las condiciones objetivas em las que vive la persona y la percepción, satisfacción o evaluación subjetiva de la gente acerca de su situación*”. Este autor revela a tendência a Geografia Humanística em um desenvolvimento lógico do descobrimento da dimensão subjetiva, realizada pela Geografia da Percepção.

Gutman (1983:7), define qualidade de vida como sendo:

Conjunto mínimo de necesidades humanas universales, materiales y no materiales, cuya satisfacción es al mismo tiempo esencial para la incorporación completa y activa de una persona a su cultura y que presta una mejora directa a través de acciones concertadas, sociales o institucionales.

Troppmair (1995) afirma que: “*a sadia ou boa qualidade de vida é definida pelos parâmetros físicos, químicos, biológicos e sociais que permitem o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno da vida*”. Para o autor, os parâmetros físicos, químicos, biológicos são elementos do ambiente que influem, direta e indiretamente, na saúde humana (luminosidade, umidade, temperatura, etc). Já os parâmetros sociais são apresentados pelas pressões que provocam reações positivas ou negativas sobre o comportamento humano.

É importante destacar que os parâmetros para estabelecer a qualidade de vida se são melhores ou piores, não só estão dados pelas condições objetivas definidas através das necessidades básicas, como também e, talvez essencialmente, pela percepção que a

comunidade tem do que é bom para ela mesma. Este aspecto está relacionado à cultura e ao nível de conhecimento.

Sen (1996) estudando sobre a qualidade de vida na América Latina propõe um enfoque em que a qualidade de vida pode ser medida desde o ponto de vista da capacidade que tem uma pessoa descobrir suas próprias necessidades que trazem funcionamentos valiosos como parte da vida. Este novo enfoque se mostra como uma nova alternativa de abordar os estudos sobre qualidade de vida na América Latina. Destaca ainda que a definição dos funcionamentos e capacidades varia em função do desenvolvimento cultural e histórico que possui cada comunidade. Assim cita alguns exemplos de funcionamentos e capacidades que podem ser considerados em estudos de qualidade de vida desde o enfoque sobre as capacidades humanas:

a) Ter uma boa saúde:

Habilidade para viver mais.

Habilidade para estar bem nutrido.

Capacidade de escapar da morte evitável.

Capacidade de escapar da mortalidade prematura.

Habilidade para evitar a mortalidade durante a infância.

b) Capacidade de ler e escrever.

Capacidade para beneficiar-se de uma educação escolar de qualidade.

Capacidade para incorporar-se a receber educação adicional.

c) Ter uma vida adequada.

Habilidade para possuir um espaço disponível e funcional.

d) Ter um emprego estável.

Habilidade para cobrir gastos inesperados.

Habilidade para distribuir seus ingressos de uma maneira proveitosa.

e) Família e integração social.

Habilidade para participar da vida social.

Habilidade para participar das decisões e atividades que influenciam a vida.

Habilidade para participar em atividades políticas.

Habilidade para apresentar queixas.

Para o autor, mediante as análises das capacidades básicas que possuem os indivíduos, é possível identificar os problemas e limites que diminuem a qualidade de vida, a quantidade de encadeamentos de causa - efeito nos eixos sociais que intervêm na satisfação de suas necessidades, com a finalidade de responder as interrogações de como? e por quê?. É possível avaliar e confrontar as diferentes variáveis e indicadores analisados, de modo geral, no que se refere ao comportamento que apresentam e definir as ações que devem ser seguidas para minimizar os problemas detectados.

A Geografia e a Qualidade Ambiental e de Vida

A Geografia se apresenta como uma das ciências preocupadas com o estudo da questão ambiental, principalmente os fatores que atingem diretamente a qualidade de vida do homem. Ajara (1993:11) salienta:

Ao aproximar a noção de meio ambiente ao próprio conceito de espaço geográfico, estar-se-á não apenas superando as dicotomias,

frequentemente postas em análises ambientais, entre ecologia/economia, sociedade/natureza, meio físico-biótico/ organização sócio-econômica, como também atrelando à questão ambiental o dinamismo próprio ao contínuo movimento de criação/ (re) criação de espaços.

Como já se observou anteriormente, definir qualidade ambiental e de vida é extremamente difícil. No entanto, deve-se avaliar tais conceitos quando se trata de setores vitais à manutenção de uma vida digna ao ser humano.

Oliveira (1983) comenta, por exemplo, os critérios de como determinar a qualidade ambiental. Determina o nível “*optimum*” ou aceitável de um ambiente; destaca que alguns indicadores normalmente utilizados para se graduar o nível da qualidade do ambiente físico são de difícil utilização para o ambiente social, onde o número de variáveis é muito maior. Alerta que mesmo para os elementos físicos do ambiente, não é tarefa fácil estabelecer padrões de qualidade ambiental. Para a autora a percepção é tratada como um fator imprescindível para se determinar a qualidade ambiental e de vida, ressalta que, apesar das diferenças individuais das pessoas, cada uma possuindo uma visão de mundo própria e particular das coisas que as envolvem, é possível estabelecer determinadas normas e padrões. Segundo a autora, as condições de qualidade ambiental e de vida são muito subjetivas, serão boas ou ruins, de acordo com o tipo e a situação da população em questão, de como essa população percebe as condições ambientais e de vida.

Analisando o tema qualidade de vida, Troppmair (1992) cita a Constituição Federal, em que o artigo 255, em linhas gerais, assegura que todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O autor destaca o que entende por qualidade ambiental e de vida:

O Meio Ambiente, conforme as propriedades dos seus elementos, produz uma qualidade ambiental que pode ser benéfica ou maléfica para nossa vida. Assim, entendo por Sadia ou Boa Qualidade de Vida os parâmetros físicos, químicos, biológicos, psíquicos e sociais que permitam o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno de vida. (Troppmair, 1992, introdução, item 2).

Temos então a qualidade ambiental relacionada ao próprio ambiente, a infra-estrutura do espaço urbano, aos objetos quantitativos. Já a qualidade de vida está relacionada ao próprio indivíduo, ao seu bem estar, a sua alegria de viver, a sua satisfação. Na verdade, podemos avaliar a qualidade ambiental de determinado espaço urbano, por exemplo, e considerá-lo bom, entretanto, este mesmo espaço pode fornecer dados sobre a qualidade de vida da população que indicam uma má qualidade de vida. Macedo (1991:14-15) considera que:

A qualidade ambiental de um ecossistema expressa as condições e os requisitos básicos que ele detém, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, (...) Em suma, a qualidade ambiental é o resultado da dinâmica (1) dos mecanismos de adaptação e (2) dos mecanismos de auto-superação dos ecossistemas. Assim, com base na teoria sistêmica da evolução, a qualidade ambiental é o resultado da ação simultânea da necessidade e do acaso. A qualidade de vida, para

o modelo, expressa a qualidade ambiental específica ao fator ambiental HOMEM, estabelecendo os requisitos e as condições mínimas que um ecossistema deve oferecer, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, de modo que, na sociedade de que participa, possa realizar as relações ambientais que lhes são inerentes, com vistas à sua manutenção, evolução e auto-superação.

O espaço urbano de Várzea Paulista

Área interligada entre o Município de Campinas e a Grande São Paulo daí considerá-la como um lugar de características especiais tanto por se tratar de uma população que trabalha e investe em municípios vizinhos – por isso denominada de “cidade dormitório” -, como por ser uma cidade que se projetou em morros e em vales, estabelecendo diversas áreas que podem ser consideradas como “áreas de riscos” para ocupação deste espaço urbano.

Esse cenário estabelece uma relação entre problemas sócio-econômicos e de ocupação espacial, que acarreta numa qualidade ambiental e de vida que foge ao mínimo necessário para o cidadão viver bem e acima de tudo feliz.

Vale destacar que a área que delimitamos para a distribuição de dados teve como referência a cidade de Várzea Paulista- SP. O Censo de 2000 destacou a ausência de população rural no município, assim consideramos apenas a área edificada, que representa aproximadamente 65% da área total do município. Evidencia-se também, que a cidade de Várzea Paulista não se apresenta de forma verticalizada, o que sugere novos questionamentos sobre a forma que as habitações se encontram, já que o Município apresenta elevadíssima densidade demográfica.

Observando a evolução urbana de Várzea Paulista revelou-se o processo de urbanização acelerado, e sobretudo, a eliminação por completo da população rural em 2000. Estes dados fortaleceram a idéia de extrema concentração populacional quando se observou o Município com 34,6 Km² (IBGE,2000) e 65% da área total apresenta-se edificada.

Mazetto (1996) revela que o surgimento e o crescimento das cidades representaram uma nova fase em relação à adaptabilidade ambiental do homem. Num primeiro momento, o meio ambiente urbano poderia ser visto como positivo, já que nele seus habitantes encontrariam proteção, conforto e recursos tecnológicos; no entanto, uma análise mais cuidadosa demonstraria que as cidades (principalmente as grandes cidades) apresentam aspectos negativos quanto à qualidade de vida – poluição, desemprego, falta de infraestrutura, transporte, etc.

Sobre essa temática Lynch (1977:207-216) apresenta idéias interessantes para reflexão:

Imagine que o crescimento da população e a evolução da tecnologia tenham urbanizado todo o globo terrestre – que uma única cidade cubra toda a superfície utilizável da Terra. A perspectiva é um pesadelo. Instantaneamente a pessoa tem a impressão de estar emaranhada em uma fila interminável de casas, fadada à presença contínua e a pressão de outras pessoas. A cidade seria monótona, impessoal e desconcertante. Seria abstrata, sem contato com a natureza; mesmo as coisa produzidas

pelo homem não poderiam ser transformadas. O ar seria pesado, a água escura, as ruas por demais concorridas e perigosas. Anúncios e alto-falantes estariam focalizados em todos os transeuntes. Poder-se-ia talvez, conseguir intimidade em casa, mas como se poderia plantar, caçar ou explorar? Onde alguém poderia encontrar uma mata virgem ou iniciar uma revolução? Existiria alguma coisa que pudesse desafiar ou excitar o espírito humano? Não seria esse mundo, inteiramente feito pelo homem, terrivelmente estranho ao próprio homem? Seria com certeza um lugar vulnerável: qualquer variação das condições o devastaria completamente.

É impressionante a descrição acima, pois são situações que já acontecem nas grandes e médias cidades. O que mais chama atenção aqui é o fato de Várzea Paulista se enquadrar em algumas passagens do texto. A cidade Várzea Paulista apresenta indicadores ambientais que comprometem a qualidade de vida da população, mas sobretudo, a densidade demográfica é tão alarmante com cerca de 2.674,95 hab/Km² (IBGE, 2000) que está acarretando em uma série de eventos que comprometem a sadia qualidade de vida para esta população.

Considerações finais com base no estudo feito na cidade de Várzea Paulista-SP

Quando se trata de qualidade ambiental e de vida não se pode pensar em conclusões definitivas, visto que as questões constantemente se renovam e a temática permanece em aberto. A discussão acerca da evolução dos conhecimentos ambientais, possibilitou o amadurecimento do que seria qualidade ambiental e de vida urbana, trazendo à tona a necessidade de toda a sociedade, principalmente governantes de utilizarem esses conceitos como ferramenta fundamental no planejamento das cidades.

Essa discussão deve também acontecer, não só, mas principalmente, nas escolas em todos os níveis. Os alunos e professores devem se preocupar também com o meio ambiente imediato, ou seja, o ambiente urbano, com o objetivo de informar e de despertar um espírito de responsabilidade comunitário e uma resistência aos projetos de diminuição da qualidade ambiental e de vida urbana.

Na pesquisa, procurou-se avaliar a qualidade ambiental e de vida da cidade de Várzea Paulista a partir de uma análise quanti-qualitativa, que envolveu o uso de dados secundários, utilizados para caracterizar a realidade da cidade, e também de dados primários, obtidos através do trabalho de campo. Os dados secundários foram originados do IBGE, da Prefeitura Municipal, do Jornal da Cidade, da Sabesp. Os dados primários obtidos via trabalho de campo, através de questionários planejados, aplicados nas ruas da cidade e escolas estaduais, serviram para identificar aspectos quantitativos e qualitativos da qualidade ambiental e de vida da população.

A escolha do tema da presente pesquisa decorreu da observação do cotidiano da cidade de Várzea Paulista, da curiosidade em conhecer o espaço urbano da cidade por ser recente moradora e perceber a insatisfação da população residente, e por apresentar espaços com traços de marginalidade, seja do ponto de vista social, econômico ou ambiental. Em decorrência disto, a qualidade de vida da população parecia insatisfatória. Estabelecemos então a identificação da qualidade ambiental e de vida da cidade de Várzea Paulista tendo como principal relação o adensamento urbano.

Os indicadores urbanos para avaliar a qualidade ambiental e de vida urbana contemplam elementos de infra-estrutura básica quando tratamos de parâmetros ambientais, como também, elementos relacionados diretamente ao bem estar do indivíduo (saúde, criminalidade e educação) quando tratamos de qualidade de vida.

A cidade se caracteriza por ser “cidade dormitório” em todos os sentidos, ou seja, cidade de passagem, a população não investe no município e o pouco que a Prefeitura arrecada é investido em projetos sem planejamento. Apresenta densidade demográfica elevadíssima e comprova a hipótese da relação existente entre adensamento urbano e queda na qualidade de ambiental e de vida na cidade.

Pôde-se constatar que a cidade tem sofrido pela concentração populacional que acaba definindo espaços com características marginais, como: população com baixo nível de escolaridade e renda; deficiência de infra-estrutura e serviços básicos (água encanada, esgoto, qualidade das águas...) gerando sérios problemas ambientais; inexistência de estrutura de lazer; escassa promoção social de seus habitantes; problemas sociais geradores de tensões internas; falta de integração na comunidade; pequena participação na tomada de decisões visando a resolver os problemas comuns; apatia frente às questões impostas; insatisfação em viver na cidade. Estes são os problemas que dificultam a própria integração com a cidade, produzindo no indivíduo e na coletividade falta de envolvimento, descrédito em si mesmo, insatisfação, etc.

Face a estas questões pode-se concluir que a população da cidade de Várzea Paulista de modo geral caracteriza-se por má qualidade ambiental e de vida, principalmente quando são consideradas as condições de infra-estrutura e saneamento básico, emprego, saúde, criminalidade e nível de escolaridade.

Atualmente, se o adensamento é possível ou não, parece não importar muito dentro da preocupação de obtenção de lucro a qualquer custo.

Desta maneira, para que a melhoria da qualidade de vida das populações que habitam os espaços urbanos aconteça é necessário que as administrações locais reconheçam a existência delas e assumam suas responsabilidades pelas mesmas; além disto, a tomada de consciência e a busca da real cidadania decorrem, em parte, da organização em associações de moradores e da atuação nelas de forma participativa e consciente, lutando-se por tudo aquilo que se deseja para ser feliz.

Notas Finais:

1) Pesquisa financiada pelo CNPq e orientada pelo Prof. Dr. Helmut Troppmair – Departamento de Geografia- IGCE/ Unesp/ Rio Claro

2) Mestre em Geografia; Doutoranda em Geografia/IGCE/ UNESP/ Rio Claro.
E-mail: juverona@hotmail.com

BIBLIOGRAFIA

AJARA, C. *A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental*. In: MESQUITA, Olindina Vianna et al (Org.). **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

BURTON, I. *The Quality of the Environment: a Review*. **The Geographical Review**, New York, v. 58, n.3, p. 472-481, 1968.

CAMARGO M., M. *La Calidad de Vida como Instrumento de Planificación de los Desarrollos no Controlados*. In: SEMINARIO LATINO AMERICANO DE CALIDAD DE VIDA URBANA, 3., 1996, Mérida. **MEMORIA DEL III SEMINARIO LATINOAMERICANO DE CALIDAD DE VIDA URBANA**. Mérida: Venezuela, 1996. p. 68-77.

CAVALCANTI, R.N. **Mineração e desenvolvimento sustentável: Casos da CVRD**. 1996.217f. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal/SSET, 1996.

COSTA, H.S.M. *Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos?*. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Carlos, n.2, p.55-71, mar.2000.

COLBY, M.E. *Environmental Management in Development: The Evolution of Paradigms*. **World Bank Discussions Papers**, New York, n.80, p.52-93, 1990.

GALLOPIN, Gilberto. **Calidad de Vida y Necesidades Humanas: Sistemas Ambientales Venezolanos**. Caracas: [s.n.], 1982. (Proyecto Ven /79/001)

GUTMAN, P. **Población y Calidad de Vida: sistemas ambientales venezolanos**. Caracas: [s.n.], 1982. (Proyecto Ven /79/001)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA –ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

JACOBI, P.; GRONSTEIN, D. M. **Cidades Sustentáveis – Falta de planejamento urbano gera impactos socioambientais**. São Paulo: Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamento Humanos. Disponível em: <<http://www.bsi.com.br/unilivre/centro/forum/cidad>>. Acesso em: 27 out. 2001.

LYNCH, K. **A cidade como meio ambiente: cidades, a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 207-216.

MACEDO, R.K. *A importância da avaliação ambiental*. In: TAUKE, Sâmia Maria et al (Org.). **Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1991.

MALLMANN, M. et al. **Calidad de Vida y Necesidades Humanas: sistemas ambientales venezolanos**. Caracas: [s.n.], 1982. (Proyecto Ven /79/001).

MAZETTO, F. A. P. **Análise da Qualidade de Vida Urbana através do indicador saúde (doenças transmissíveis) o exemplo de Rio Claro – SP.** Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

OLIVEIRA, L. de **A percepção da qualidade ambiental: ação do homem e a qualidade ambiental** . Rio de Janeiro: ARGEO; Câmara Municipal, 1983.

SEN, A. *Capacidad y Bienestar*. In: NUSSBAUM, M. (Org.). **Calidad de Vida**. New York: [s.n.],1996. p. 55-79.

TROPPEMAYER, H. **Atlas da Qualidade Ambiental e de Vida de Rio Claro**. Rio Claro: Unesp/IGCE, 1992.

_____. **Biogeografia e Meio Ambiente**. Rio Claro: Editora do Autor, 1995. 258p.

TUAN, Yi-Fu. *Environment and the Quality of Life*. In: HAMMOND, K. et al (ed.). **Sourcebook on the Environment**. London: University of Chicago Press, 1978.

ULTRAMARI, C. **Da Viabilidade de um Desenvolvimento Sustentável para as Cidades**. São Paulo: Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamentos Humanos. Disponível em < <http://www.bsi.com.br/unilivre/centro/forum/viab>>. Acesso em 24 mar. 2000.

036/SALVADOR-BA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO URBANA DOS MORADORES DE RUA

Nadja Conceição de Jesus Miranda (1)
Maria Auxiliadora da Silva (2)

Abstract

The present article has as purpose to argue the importance of the perception, in the context of urban geography, as well as its application for the study of the relation of the inhabitants of street with the space of Salvador and the first impressions of a research that if in the initial phase. It is given credit here that to understand the space urban it is a difficult task for the researchers, given to the complexity of the dimensions concrete/objective and subjective/abstract that this presents. However, we know that one becomes necessary to articulate these dimensions in a research in order to understand the space phenomenon in its totality. Leaving of this assertive, what is overcome here as airway lighting the studies of geography humanist on the urban space, when this analyzes the values and feelings that the man attributes to the space city dweller, to partner-space production and, still, some quarrels of sociology on the concept of inhabitant of street. From it is the intation to of this to paper to present some official questionings that have appeared in the first phase of the field research, how much to the comment, the survey of the programs and equipment that they search to take care of to the inhabitants of street and interviews with assistants and social agents who work with this population.

Keywords: urban space, perception, inhabitant of street, urban planning and citizenship

Resgate e reflexões teóricas:

No final do século XIX surgiram severas críticas à ciência institucionalizada, especialmente dos humanistas que a condenavam pela sua quantificação exagerada, objetivismo e racionalismo, levando-a ao desenvolvimento de um conhecimento desprovido de uma visão antropocêntrica do saber e, conseqüentemente, a não valorização do homem como produtor de cultura. A abordagem humanística refletiu-se na Geografia com os trabalhos clássicos da geografia francesa, como por exemplo os de la Blache, no início do século XX, e posteriormente os de Sauer, na geografia americana, reconhecendo, em seus trabalhos, o papel transformador do homem com relação ao meio, surgindo assim, as matrizes da Geografia Humanística e Cultural. No entanto, foi somente a partir da década de 70 do século XX, que essa visão, na Geografia, ganhou força, com os trabalhos desenvolvidos por Relph (1970), que valorizou a experiência humana no espaço e inferiu que uma explicação só é satisfatória quando se fundamenta na compreensão das intenções e atitudes humanas. Seus estudos tiveram como base a fenomenologia, filosofia e método adotados pelos humanistas dentro daquela concepção de crítica ao positivismo e da valorização da essência das atitudes e comportamentos humanos. A filosofia fenomenológica nasce com Fraz Bretano no final do século XIX, mas é o Edmund Husserl, considerado o seu principal representante, que sistematiza os seus postulados: noção de intencionalidade - a consciência é intencional, doadora de sentido e fonte de significado, é uma filosofia da vivência, do mundo vivido, e os seus seguidores, a exemplo de Merleau-Ponty, que buscou melhor compreender as relações entre a

consciência e a natureza, o corpo através dos sentidos e o espaço, destacando que estas relações são de ambigüidades e embricamento, produzindo assim, realidades e vivências diferentes para cada indivíduo. Esses pressupostos refletiram-se nos trabalhos de Tuan a partir da década de 60, no século XX, transformando-se em marco na abordagem humanística da geografia, na medida em que analisou a essência dos conceitos de lugar, homem e experiência.

Com esse panorama, os estudos geográficos passam a valorizar a dimensão mais subjetiva do espaço e, é a partir daí que a Geografia Humanística e Cultural redefine e amplia o conceito de cultura:

a produção simbólica inclui a linguagem, o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura, a dança, o ritual, a cerimônia, as construções e outras produções simbólicas mantidas no mundo vivido.(COSGROVE,1998:5).

Passa-se então, a necessidade de adotar e priorizar a percepção como mecanismo de apreender esta realidade mais subjetiva do homem com o espaço. Pode-se destacar nesse campo, David Lowenthal, na década de 60, quando defendeu uma ciência que englobasse o objetivo com o subjetivo.

Nesse sentido, a análise do espaço passa a ser resultado de estudos que valorizam, não só a dimensão concreta e física, mas uma construção simbólica que associa sentidos e idéias, evidenciando a necessidade de interagir as diversas abordagens de conhecimento para explicar a totalidade do espaço, aqui especificamente o urbano.

A percepção então, *“como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos e cognitivos”*, é um mecanismo que nos permite analisar *“o conhecimento, a imagem, o julgamentos e as expectativas”* (DEL RIO, 1993:3) do indivíduo com o espaço. Como explicou Merleau-Ponty (1999) que o mecanismo perceptivo é originado da projeção intencional do corpo do indivíduo (através dos sentidos) no espaço (respostas externas) e o mecanismo da cognição é a sistematização, a inteligibilidade daquilo que experienciado na projeção do sujeito com o espaço, Em face disso, vários trabalhos vêm sendo desenvolvidos por geógrafos brasileiros ampliando, assim, o princípio de análise do espaço, buscando na essência da relação do indivíduo com o espaço, respostas que a análise das formas, do concreto não explicam.

A proposta de tomar por base as discussões anteriores para estudar *as relações estabelecidas pelos moradores(as) de rua com o espaço de Salvador* deveu-se, principalmente, ao se perceber a continua presença de moradores de rua na cidade bem como, a ausência de estudos que analise esta relação a partir da concepção de espaço vivido e de espaço percebido. Ao mesmo tempo por acreditar-se que o estudo da percepção dos moradores de rua sobre a cidade, poderá contribuir para entender as articulações e contradições existentes entre a cidade dos *“incluídos marginalmente”* (MARTINS,1997:100) e a cidade formal. Nesse sentido compactua-se aqui, com as idéias de Correa, de que o espaço urbano pode ser apreendido pelo *“campo simbólico que tem dimensões variáveis segundo as diferentes classes, grupos étnico, étnico e etc.”*. (CORREA 2001:150).

Faz-se necessário, antes de novas exposições, levantar algumas reflexões sobre a categoria *morador de rua, população de rua, menino e meninas de/da rua*, na medida em que um conceito poderá contribuir para a leitura da realidade em estudo, mesmo que não explique todas as questões. Para desenvolver uma análise histórica e geográfica sobre crianças, jovens e adolescentes que “vivem” na/da rua em Salvador, Santana adotou o seguinte:

existem os meninos/as na rua que saem de casa diariamente e vão para as vias públicas exercer algum tipo de atividade, mas retornam para casa e os meninos /as de rua que não têm residência fixa como referência e não estão submetidos a um responsável, alguns dormindo em entidades mantidas pelas prefeituras municipais, governos estaduais ou entidades particulares retornando às ruas no dia seguinte. (SANTANA,2000:28-9)

Com relação à população de rua:

O termo apresenta a vantagem de vislumbrar a extrema heterogeneidade que ela comporta e enfatizar as condições de habitação e reprodução dos indivíduos nela englobados. Porém dificulta a compreensão e limita a abrangência do fenômeno, quando utilizados para contrapor aos inúmeros estigmas e estereótipos imbutidos no termo mendigo; e quando utilizado para enfatizar a vinculação de boa parte da população de rua a algum tipo de atividade remunerativa. (NEVES, 1995:35)

A classificação meninos/as da rua limita o estudo em questão, na medida em que não contempla as faixas etárias que compõem as categorias de adultos e idosos; que será objeto de análise nesse estudo. Assim, analisando as categorias apresentadas pelos dois autores, nota-se que o termo morador de rua tem sido utilizado como o mais adequado pois, está entendendo-se na forma de que essas não têm a casa como referência para se projetar no espaço citadino, utilizando portanto, a rua como espaço de moradia e trabalho. É importante salientar que qualquer um dos conceitos utilizados, se levar em conta a complexidade de indivíduos que compõem esta população, poderá conduzir a uma homogeneização.

A presença de moradores de rua em Salvador revela que a cidade “*têm se cristalizado num espaço, essencialmente como valor de troca; num “espaço sem cidadão” que deixa o espaço vivido nas mãos do mercado, e consagra as desigualdades e injustiças*” (SANTOS, 1996:43), merecendo assim, uma observação mais profunda, na medida em que este problema urbano não é recente.

No século XIX, essa situação já era realidade e foi estudada por Filho (1996); o autor analisou a situação da pobreza social em Salvador e as contradições de uma sociedade desigual que contribuíram para a existência de um grande número de moradores de rua, denominados naquela época de “vadios”, “mendigos” e “moleques”, analisa também, a espacialização desses, na cidade e, a forma como essa situação se apresentava: – como caso de polícia e com leis intolerantes. Em 1937 o escritor Jorge Amado, através dos seus personagens na obra *Capitães da Areia*, que eram meninos de rua, denunciou a continuidade da situação. Além desses trabalhos pode-se destacar o trabalho realizado por Ataíde (1996) em *Decifra-me ou Devoro-te; história oral dos meninos de rua de Salvador*, que abriu espaço para um amplo debate sobre a questão dos meninos de rua

na cidade e revelou a visão crítica que a maioria dos meninos, têm sobre muitos aspectos da cidade. Trata-se de um trabalho de análise mais sociológica, no entanto, fornece elementos cruciais para entender a gravidade do problema que continua sendo realidade em nossa cidade.

Recentemente, esse tema foi desenvolvido por Santana (2000). Por meio desse estudo nas áreas do Centro Antigo, Cidade Baixa e bairro da Barra foi identificada a origem desses meninos, suas áreas de concentração e mobilidade espacial, produzindo uma análise histórica, social e geográfica o que se constituiu num avanço das discussões sobre a temática urbana, a partir da análise da realidade dos meninos/as de rua.

Verificando tais estudos, surgiu a preocupação de aprofundá-los: ampliando o universo de indivíduo em estudo de meninos(as) para jovens, adultos e velhos; tomando como referência base a percepção e, pensando articulando estes aspectos com a dinâmica da cidade. Dessa forma, acredita-se, em princípio, que a geografia da percepção que prioriza as experiências, representações, imagens, atitudes, valores e significados do homem para com o espaço vivido, possa balizar este estudo. Para isso, a utilização de alguns conceitos que foram sistematizados ao longo da construção teórica desta abordagem se farão necessários, a exemplo de lugar, entendido como valorização, intencionalidade, experiência e a afetividade que o indivíduo ou grupo estabelece com o espaço e que para Tuan (1983) cria laços de identidade.

A luz dessa idéia busca-se compreender se na relação, na escolha e no uso de determinados espaços da cidade, o morador de rua, desenvolve sentimentos de afeição, valores com a rua, ou mesmo os equipamentos de atendimentos (albergue, casa de pernoite; se para eles, esses espaços são transformados em lugar, se a rua, deixa de ser simplesmente rua; se o albergue ou casa de pernoite deixa de ser apenas um espaço de atendimento e, por conseguinte, ganham referência para sua projeção no espaço urbano. Por isso considera-se ainda, que será necessária a adoção dos conceitos de **topofilia**, que:

inclui laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material que nos faça senti-los como estar nos relaxando ou estimulando, e tudo o que nas nossas atitudes ou costumes nos capacite a experienciar locais como dando-nos prazer, (TUAN 1983:158);

e de **topofobia** que, ao contrário da topofilia, conforme (RELPH,1979:20) *“inclui todas as experiências de espaços, lugares e paisagens que de algum modo desagradáveis ou induzem ansiedade e depressão“.*

Por essas idéias, procura-se apreender, o significado, a geografia do espaço de Salvador para os moradores de rua, levando em consideração que o espaço público – as ruas – é a única opção para a reprodução da vida. É nela que estabelece suas relações sociais, se fixando, agrupando e desenvolvendo atividades de sobrevivência, desenrolando assim, a sua vida cotidiana.

Para que o estudo da relação do morador de rua com o espaço urbano possa ser entendido na sua totalidade, nesse momento da pesquisa é preciso considerar algumas questões sobre a situação dessa população de rua no âmbito do processo econômico que dá lógica a cidade moderna. Para isto, analisa-se as considerações de Bursztyn

(2000) quando este afirma que os moradores de rua são excluídos da geração de riquezas (emprego) e da distribuição de seus frutos (consumo) e que estes sobrevivem da caridade privada e do assistencialismo público; essa última considerada por Martins (1997), como sendo programas que esvaziam as políticas sociais e, simultaneamente, são necessários para a reprodução do capitalismo. Daí ser denominado por ele de “inclusão marginal”, pois a inclusão se dá pelas políticas filantrópicas, populistas e clientelistas, que fazem parte dos programas de desenvolvimento urbano e que nega a capacidade do indivíduo de gerir a própria vida.

Dessa forma considera-se relevante articular-se essa discussão com o que tem sido preocupação de vários profissionais nesse momento, que é o planejamento urbano e a gestão urbana, acreditando, que estes são os instrumentos que permitem pensar e fazer uma cidade mais justa socialmente para os seus habitantes. Assim sendo, comunga-se neste trabalho com Souza quando ele afirma que o planejamento e a gestão urbana são:

meios para se alcançar um maior desenvolvimento urbano, ou seja, processo de mudança social positiva no meio urbano, contemplando tanto as relações sociais quanto a espacialidade, visando ganhos crescentes de autonomia individual e coletiva em que se constata melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social (SOUZA,2002:519)

Portanto, se trata de pensar a cidade levando em consideração os anseios dos seus moradores, logo, resgata-se neste momento, as discussões anteriores sobre a importância da percepção:

da percepção humana, das experiências pessoais e características culturais como ponto de partida para o planejamento urbano, regional ou paisagístico e ambiental, com o objetivo de atender as reais necessidades dos moradores dos diferentes locais (SERPA,2001:2).

Ao pensar a cidade por essas vias, pretende-se convergir para a questão do pensar a cidade como um espaço de verdadeira **cidadania**. Esta, “significa ultrapassar o direito de consumir (que muitas vezes nem se efetua), é atingir a modernidade da qualidade de conscientes produtores e criadores (CHAUÍ,1996 in CARLOS, 1997:95).

Para Santos (1996:7) , o indivíduo, “*pelo simples fato de nascer, o indivíduo já recebe uma soma de inalienável de direitos apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, a proteção contra o frio, direito ao trabalho, à justiça, a liberdade, ao lazer e a uma existência digna (...)*”.

Tais referências vêm contribuindo para se pensar a cidade para além da sua forma e mais na sua essência, buscando, assim, na essência das relações cotidianas de seus moradores apreender um espaço urbano imerso de significados.

Nesse sentido algumas análises tem sido feita, verificando que pensar a cidade significa dialogar com as dimensões da sua realidade: *Discutindo a cidade e o urbano*, (SILVA,1997) no qual é defendida a idéia de que a apreensão sobre a cidade deve levar em consideração as imagens e representações que cada ângulo permite fornecer sobre ela e que o geógrafo tem a responsabilidade de desvendar essas imagens para contribuir em políticas públicas que torne a cidade um “espaço mais democrático”; e *Os construtores do discurso sobre a cidade invisível* (CÂMARA, 2002) discute sobre a

coexistência de várias imagens sobre a cidade de Salvador, pois elas são construídas quotidianamente por seus moradores, ou seja, ele faz uma análise dialética entre a invisibilidade e visibilidade do espaço citadino, evidenciando as peculiaridades que cada grupo ou classe social tem sobre a cidade.

Os Caminhos da pesquisa e as primeiras discussões:

As reflexões e o aprofundamento teórico continuam e, paralelamente, a pesquisa vai se processando; e isso significa o pesquisador se debruçar sobre a questão, destituindo-se de preconceitos e compreensões emocionais que possam referendar um ponto de vista já construído, não ocorrendo assim diálogo entre o pesquisador e o objeto de estudo. Tais princípios levaram a adotar-se o caminho, nesta fase inicial, da observação nas ruas, levantamento e conhecimento dos programas oficiais, visita aos equipamentos instalados na cidade para atendimento à população de rua (albergues noturnos, casas de passagem, casas de pernoite), além de entrevistas com os responsáveis pelos programas e equipamentos.

No ponto em que se encontra a pesquisa pode-se apresentar alguns questionamentos. O primeiro refere-se as informações sobre a quantidade de moradores de rua em Salvador, pois, para os critérios censitários do IBGE, essa população, não existe. Os números aqui apresentados foram fornecidos por Relatórios de Instituições não-governamentais como o Projeto Axé ⁽²⁾ que em seu relatório de 2001, quantificou 1516 meninos e meninas de rua na cidade e na reportagem do Jornal A Tarde, de 16/03/2002 ⁽³⁾, onde o contingente de população de rua é estimado em 3 mil pessoas na cidade. Há o fato de que eles se pulverizam no meio da multidão em toda a cidade durante o dia, construindo uma geografia da sobrevivência(trabalho, alimento, lazer) que, em algumas áreas, tem-se a pseudoidéia da inexistência de morador de rua nesse espaço citadino.

No entanto, basta realizar percursos por várias vias, à noite, nos diversificados pontos da cidade, para se ver que os números acima estão próximos à realidade, pois, além dos que dormem nas ruas literalmente, ainda existem aqueles que pernoitam nos equipamentos oficiais para adultos e para crianças e adolescentes, que segundo informações contidas no PDDUA-2002 ⁽⁴⁾, somente o de adultos tem capacidade para 280 pessoas.

Com relação aos programas desenvolvidos para essa população destaca-se o Programa Moradia e Cidadania, parceria do Município com o Governo do Estado. Uma das ações desse programa é a doação de casas à população de rua e a entrada nos programas de Bolsa-auxílio, Vale-Vida, mas, de acordo com a reportagem do Jornal A Tarde de 10/06/2003 ⁽⁴⁾, em entrevista aos moradores de rua que receberam a casa, foi verificado que alguns desses beneficiados retornaram ao local originalmente habitado.

Surgem a partir daí, alguns questionamentos à investigar sobre a casa como referência para projeção do indivíduo no espaço:

- Será a ausência de casa o maior problema para o morador de rua ?
- Em que medida a relação estabelecida com espaço da “rua” interfere num retorno para casa?

- O que levaria um morador de rua e estabelecer laços de identidade com um outro espaço que não fosse a rua?

Com relação a esse fato, reflete-se sobre a afirmação de Bosi de que “a casa é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções” (BOSI,1994:435) e de Carlos (2001:230-31):

é a partir da casa que se constrói o universo da vida na cidade, é ela que cria o marco pelo qual eu vejo, me desloco e vivo a metrópole. A relação casa-bairro se liga à presença, por isso é parte integrante da identidade. A casa, valorizada como tal – é dela que se constituem as tramas espaciais, e é dela que se tecem os caminhos a partir dos quais se urdem as relações com o bairro e com a cidade. Isso significa que ela é mais que um endereço, um lugar no espaço urbano; ela é a referência e o lugar onde se estabelece a vida, e é daí que o cidadão se vê na cidade e no mundo.

Pode-se dizer então que a casa tem um papel fundamental na vida do indivíduo e, principalmente, na sua relação com o espaço, na medida em que esta é o ponto referencial para o direcionamento na cidade. A partir daí, surgem novas questões:

- Como pensar essa questão com os moradores de rua, cuja projeção no espaço se dá a partir dela?
- A rua toma dimensão de casa? Sendo assim, a rua passa a ter um significado importante para a vida dos mesmos?

Essas questões encaminham, cada vez mais, a pesquisa para o estudo da percepção em consonância com a idéia de Carlos, quando analisa que a cidade vai além da forma:

a existência concreta liga o vivido e percebido à aquilo que permite/impede atos e ações pela existência das normas, como parte integrante da prática social, povoa o mundo das representações que as pessoas, que habitam o espaço, criam. Todavia, as formas da cidade têm um código para os habitantes que se estabelece acima das normas. Aqui, a forma está intimamente ligada ao uso, à identidade e à memória (CARLOS, 2001: 51).

Para atendimento à população de rua, existem equipamentos municipais como:

Albergue Noturno: este equipamento situado no Bairro de Roma, na Cidade Baixa, abriga migrantes e moradores de rua a serem encaminhados para tratamento de dependência química.

Casa de Pernoite: situada na Baixa dos Sapateiros, o equipamento atende, em média, 100 moradores de rua acima dos 18 anos, que passam a noite e durante o dia, retornam às ruas. Além disso, contam com o serviço social, que o encaminham para tirar documentação, e com a ajuda de voluntários (médicos, cabeleireiros).

Casa de Acolhimento Dom Timóteo Amoroso: na Avenida Bonocô funciona para atendimento a abrigo de pernoite para meninos.

Casa de Oxum: fica no Vale dos Barris (Centro) e funciona como atendimento e abrigo de pernoite para meninas.

Além desses, existem os equipamentos estaduais, como a Casa de Passagem, implantados pelo Governo Estadual, atendendo famílias de moradores de rua, podendo essas permanecer o dia todo na casa.

Para o andamento da pesquisa, essas unidades de atendimento serão de fundamental importância. Primeiro, por se constituírem em equipamentos dispostos em pontos diferentes na cidade, interessando portanto, saber em que medida a situação geográfica deles influencia na disposição dos moradores de rua na cidade. Consequentemente, se faz oportuno construir uma cartografia desses equipamentos, bem como diagnosticar a relação que os freqüentadores estabelecem com os mesmos; segundo, por se tratar de locais onde existe a concentração do fenômeno, “facilitando” as entrevistas, já que estas serão a base do trabalho. Por outro lado as abordagens serão mais produtivas se forem realizadas nas instituições, já que a relação de confiança entre o pesquisador e o pesquisado ficam mais fáceis do que se forem realizadas nas ruas.

Considerações finais

Não foi apresentada aqui, a percepção que o morador de rua tem sobre a cidade de Salvador, mas a importância desta para analisar o fenômeno e as reflexões de que é possível, por meio do suporte teórico que a Geografia construiu ao longo do tempo, apreender a realidade existente na fronteira do indivíduo com o espaço, na medida em que se reconhece essa relação como indissociável. O que se buscou aqui foi apresentar os primeiros passos de uma pesquisa que se encontra em andamento e que se considera indispensável na análise de um fenômeno urbano, quanto a dimensão subjetiva da realidade que é estabelecida entre o morador e a cidade.

Acredita-se, que apreender a percepção dos moradores de rua sobre o espaço Salvador venha se estabelecer num diálogo rico de informações sobre uma dimensão real do espaço urbano, buscando assim, ampliar as reflexões no âmbito da Geografia, bem como verificar a aplicabilidade e a interação das suas principais abordagens de análise.

Notas finais:

* Este estudo faz parte do Projeto de dissertação do Mestrado em andamento na UFBA, Instituto de Geociências no Mestrado de Geografia, sob a orientação da professora Dra. Maria Auxiliadora da Silva

(2) Projeto não-governamental que atende menores de rua e em situação de “risco”. Desenvolvem atividades com essas pessoas como o objetivo de inseri-los na família e promovem atividades educativas e culturais através de oficinas.

(3) Vida de quem tem o céu como teto de Jair Mendonça

(4) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Salvador

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. **Decifra-me ou devoro-te... História oral de vida dos meninos de rua de Salvador**. São Paulo: Loyola, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BURSZTYN, Marcel (org) **No Meio da Rua**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CÂMARA, M. P. de A. *Os construtores do discurso sobre a cidade invisível*, in **Quem Faz Salvador**. Salvador. Edufba, 2002.

CARLOS, Ana Fani. Alessandri (org) **Ensaio de Geografia contemporânea: Milton Santos – obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani. Alessandri. **Espaço-tempo na Metrópole: a fragmentação na vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A geografia Cultural e o Urbano* in CORREA Roberto Lobato / ROSENDAHL Zeni. (orgs) . **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 .

COSGROVE, Denis. *Em direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria*. Traduzido por Olívia B. de Lima. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC. nº 5, 1998.

DEL RIO, Vicente. *Cidade da mente, Cidade real: Percepção ambiental e revitalização na Área Portuária do RJ*. In: DEL RIO, Vicente/ OLIVEIRA, Livia de (org). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos -SP: Studio Nobel, 1996.

FILHO, W. F. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador: HUCITEC/EDUFBA, 1996.

MARTINS, José de Souza. . Exclusão social e a nova. **São Paulo: Paulus, 1997**.

MENDOÇA, Jair. A vida de quem tem o céu como teto. **Salvador: Jornal A Tarde, 2003**.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**; [tradução Carlos Alberto Ribeiro Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999

NEVES, Delma Pessanha. *Comentário*. ROSA, Cleisa M.M. (org) **População de Rua: Brasil – Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995

RELPH, E. C. *As bases fenomenológicas da Geografia*, **GEOGRAFIA**.4(7): 1-27, abril/1979.

ROSA, Cleisa M.M. (org) **População de Rua: Brasil – Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995

SANTANA, Carlos José de Almeida. **A questão dos meninos/as de rua no Brasil e em Salvador: Uma análise sócio-histórica e territorial**. Salvador: UFBA. (dissertação), 2000.

SANTOS, Milton . **O espaço do cidadão**, São Paulo: Nobel , 1996.

SERPA, Angelo. *Percepção e Fenomenologia : Em busca de um Método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar*. **OLAM – Ciência & Tecnologia**. Rio Claro. Volume 1 nº 2: p. 29-61, novembro/2001.

SILVA, José Borzacchiello da (org). **A Cidade e urbano: temas para debates**. Fortaleza. EUFUC, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de . **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TUAN, Yi Fu . **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983

Site Internet: www.seplam.ba.gov.br, 24.01.2004

(1) Mestranda em Geografia pela UFBA e professora da EsAEx/CMS

(2) Doutora em Geografia, Professora do Mestrado de Geografia da UFBA e orientadora desta pesquisa e-mail: ncjmhst@uol.com.br

053-54/O OLHAR (IN)FIEL: O DESAFIO PARA A PROTEÇÃO DA PAISAGEM

Fabiana Andrade Bernardes (1)
Mônica Campolina Diniz Peixoto (2)

Introdução

A paisagem no contexto da geografia é o resultado de processos dinâmicos, decorrentes da constante transformação desencadeada pela relação homem-espaco-natureza, ou como dizia Carl O Sauer (1925), “a paisagem geográfica é o resultado da ação da cultura ao longo do tempo sobre a paisagem natural”. Cada sociedade, portanto, atribui diferentes significados aos elementos do ambiente, como resultado da forma e intensidade da construção dessas relações, que se manifestam de forma concreta na paisagem. Esses vários olhares, cada um deles exprimindo uma leitura da realidade, resultam na valoração diferenciada da paisagem, seja em nível individual seja em nível coletivo.

[...] tudo que o homem é e faz vincula-se a experiência de espaço. O sentido humano do espaço é uma síntese de muitos insumos sensoriais [...] todos modelados e padronizados pela cultura. (O homem, mesmo se esforçando) [...] jamais conseguira despojar-se de sua cultura, pois ela penetrou as raízes do seu sistema nervoso e determina a maneira como percebe o mundo. (HALL, 1989: 161-166)

Diante disso, como preservar uma paisagem, num quase congelamento de um processo em sua gênese dinâmico, se a sociedade nele envolvida, é formada por indivíduos também em constante transformação, e que, portanto, a percebem e valoram de variadas formas, o que lhe confere significados diferenciados? Como caracterizar a paisagem como patrimônio, considerando que do ponto de vista conceitual o patrimônio é um conjunto de elementos com qualidade intrínseca e de significativa valor coletivo, social ou cultural? É possível determinar o valor coletivo de uma paisagem, no sentido de sua proteção, considerando que seu valor simbólico para uma sociedade ou grupo social não tem uma determinação concreta? Os conflitos de interesse observados em torno da proteção da paisagem podem ser superados com a efetiva participação da comunidade no processo decisório?

Nesse contexto este trabalho pretende refletir sobre os desafios para a efetiva proteção da paisagem, que passam pelo conflito gerado pela observação e interpretação subjetiva de uma mesma paisagem. E ainda, sugerir caminhos para a condução de políticas públicas voltadas para sua proteção, que possam superar os conflitos inerentes ao processo e preservar paisagens de forte significado para a comunidade.

O texto se divide em 04 partes. A primeira trata de explicitar o conceito de paisagem que fundamenta as análises apresentadas, buscando associar paisagem e cultura. Em seguida, busca-se entender o conceito de patrimônio cultural, para subsidiar a análise da paisagem como patrimônio cultural. Na terceira parte, discute-se os limites e desafios da preservação da paisagem, patrimônio cultural, na perspectiva de contribuir para a definição de procedimentos para sua proteção.

A evolução do conceito de Paisagem: uma breve reflexão

A noção de paisagem para a geografia nasce no cerne da formação do saber geográfico através do ato da observação, ou seja, do olhar sobre a materialidade física do território. Sob o olhar dos geógrafos Humboldt e Ritter, tidos como responsáveis pela sistematização da Geografia, o fazer geográfico limitou-se à leitura daquilo que era legível na superfície da terra, com o objetivo de descrevê-la.

Sob a ótica da Geografia Cultural, a escola alemã, na figura do pesquisador Friedrich Ratzel absorve as lições dos grandes mestres Humboldt e Ritter e elabora uma nova concepção da geografia, introduzindo a preocupação com a repartição dos homens na superfície da terra. Entretanto, ao buscar a compreensão das relações que os homens tecem com a natureza, parte do pressuposto das técnicas que dominam. Ratzel, por sua vez, apresenta uma concepção limitada da cultura ao confundi-la com os artefatos utilizados pelos homens para dominar o espaço. (CLAVAL, 2001)

Os geógrafos alemães introduzem a abordagem da cultura no estudo da paisagem, a partir das influências do darwinismo. Para a maioria dos geógrafos alemães do início do séc XX, com destaque para o pesquisador Otto Shlutter, a marca que os homens impõem na paisagem seria o objeto fundamental da geografia. No entanto, o olhar apresentava-se limitado, ao ignorar quase sempre as atitudes e as crenças dos povos e apresentar a existência de uma paisagem estática, “fortemente” estruturada por traços de origem cultural. (CLAVAL, 2001)

Concomitante aos estudos alemães, até a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, a escola americana dedicou-se com rigor aos estudos quantitativos e às representações cartográficas, em contraposição aos estudos das relações entre cultura e espaço. Carl O Sauer, entretanto, foi o precursor do resgate dos estudos da paisagem, ao fundar a escola de Berkeley. Apesar da sua importância no contexto da geografia cultural, assim como os geógrafos alemães sob a influência dos estudos da ecologia, Sauer apreende a paisagem sob o que é legível na superfície da terra, ou seja, ignorando as dimensões sociais e psicológicas da cultura. A sua contribuição se dá pela abordagem mais ecológica em relação à concepção de cultura ao discernir sobre a difusão dos processos culturais. (CLAVAL, 2001)

Por outro lado, a escola francesa de geografia, desde o final do séc. XIX, segundo Paul Claval segue os modelos da escola alemã, elaborados por Humboldt, Ritter e Ratzel. Paul Vidal de La Blache, seu principal representante, parte da concepção da geografia proposta por Ratzel ao estudar as influências do meio sobre as sociedades humanas. Introduz o conceito de gêneros de vida e lança um olhar sintético sobre a concepção de cultura proposta por Ratzel. (CLAVAL, 2001). Volta-se o olhar sobre a ótica dos lugares e não dos homens. Insere a visão analítica na concepção da paisagem e propõe a análise dos gêneros de vida como instrumento ao estudo do reflexo da organização social do trabalho na elaboração das paisagens.

A tônica do conceito de gênero de vida nasce permeada pela visão naturalista e aos poucos adquire um viés humanista, ao estimular no campo de estudo das paisagens, aspectos comportamentais cada vez mais variados e complexos. No entanto, August Meitzen, geógrafo alemão, através do estudo da análise das regiões e dos estabelecimentos rurais, influenciou os geógrafos franceses a voltarem sua atenção ao

estudo das paisagens agrárias, em especial na Idade Média. Os estudos de gênero de vida foram substituídos para a reconstrução das etapas da formação das civilizações rurais francesas. (CLAVAL, 2001) O olhar da geografia volta-se para os estudos do meio, privilegiando a análise morfológica da paisagem.

A concepção da paisagem sob a perspectiva da geografia cultural tradicional perdurou até a década de 1940. Apenas retomou como conceito-chave da geografia a partir da década de 70, sob novos olhares e abordagens. Dentre essas são considerados os aspectos subjetivos da paisagem, através da análise de seu significado. (CLAVAL, 2001) O contexto da evolução da ciência e a discussão de suas bases filosóficas, em especial por influência da fenomenologia e do existencialismo orientaram os estudos da geografia humana a partir de novos parâmetros.

Nessa nova abordagem da geografia cultural, em especial na década de 80, o olhar se volta para a paisagem simbólica. Destaca-se como representante dessa linha o anglo-saxão Denis Cosgrove, *“que propõe a integração entre o materialismo dialético e os aspectos subjetivos na apreensão da paisagem”* e o americano James Duncam *“que interpreta a paisagem como um texto, no qual podem ser lidos os processos social e cultural nela inseridos”*. (MELO, 2001:31). A paisagem passa a ser vista na perspectiva da internalidade, de dentro para fora, em contraposição à concepção morfológica que privilegia a externalidade. A crítica à ciência positivista, representada na geografia pela lógica teórica-quantitativa, ganha força pela atuação dos pensadores da linha humanista.

Na abordagem humanista, *“o ambiente que envolve o homem, seja físico, social ou imaginário, influencia sua conduta”*. (MELO, 2001: 33). Os estudos de percepção ambiental ou de percepção da paisagem abrangem temas do vivido. Assim, o espaço vivido torna-se foco das análises. Nesse sentido, altera-se o caráter da cultura nos estudos da paisagem ao transpor para o homem/indivíduo, o objeto de atenção, além dos aspectos materiais da paisagem.

A percepção do indivíduo e dos grupos sociais ou a subjetividade da paisagem passa a ser estudada para compreensão do significado que a sociedade atribui ao espaço, a partir dos modos de produção. No entanto, esse referencial analítico não escapa as críticas de outras linhas da geografia. Desse modo é criticada por alguns teóricos humanistas que alertam para a importância do contexto histórico do mundo real. Para Cosgrove, *“o conceito cultural de paisagem não surge da mente dos indivíduos ou grupos humanos, deslocados de um contexto histórico de relações humanas”*.(MELO, 2001: 37)

No mundo contemporâneo a noção de paisagem adquire novos significados. Os novos valores relacionam-se às mudanças advindas da ineficiência do projeto de modernidade. A totalidade absoluta, uma ideologia da modernidade parece perder certo sentido no mundo globalizado. De fato, vários autores admitem que várias características da modernidade estão totalmente superadas:

A ânsia pela novidade, a contestação da tradição e suas regras, a crença no ideal do progresso ilimitado, a vigência do pensamento racionalista, objetivo e científico, a inserção das várias instâncias sociais num horizonte de totalidade, por exemplo, pertencem a um contexto ultrapassado.
(LEITE, 1996;62)

Segundo Maria Ângela Faggin Pereira Leite, os novos valores expressos na vida contemporânea moldaram um cotidiano qualitativamente diferente, a partir do rearranjo dos princípios econômicos, políticos, científicos, filosóficos e artísticos que explicam esse cotidiano. A ciência da atualidade no contexto pós-moderno, “*procura arremeter contra o conceito de unidade e recuperar a subjetividade e a visão pessoal*”. (LEITE, 1996:63) Se o projeto da modernidade se baseava na universalidade e era supervisionada pela razão, na filosofia pós-estruturalista a ênfase está no particularismo, pois, admite-se a descontinuidade e a multiplicidade do espaço.

Nesse contexto, a ação de organizar e compreender o sentido dos lugares passa a “*procurar expressão nas relações entre as imagens oferecidas pela observação direta do mundo real e as imagens abstratas e interiorizadas do mundo figurativas, transmitidas pela cultura*”. (LEITE, 1996:69) A paisagem nesse sentido adquire os novos valores da vida contemporânea, resultando na combinação de elementos novos e velhos, internos e externos. A leitura desses processos através da paisagem pressupõe conflitos que significam, segundo Leite (1996:70), a condição de procura da exatidão. Nas suas palavras:

É a totalidade do espaço que empresta significado ao lugar, mas é a individualidade do lugar ou da associação dos lugares que dá forma à paisagem. O que importa nesse período, farto em alternativas e tipos de informação, é a rapidez, a agilidade, a mobilidade, a desenvoltura, a capacidade de entender e estabelecer relações momentâneas entre a totalidade e o foco, o espaço e o lugar.

Daí surgem os principais desafios para a gestão das paisagens, muitas vezes múltiplas e reveladoras interna e externamente de descontinuidades e conflitos sociais.

Paisagem: um patrimônio cultural vivo?

Aqui se admite a paisagem como a extensão de um território constituída por um conjunto de elementos velhos e novos, internos e externos criados pela natureza e pelo homem, mas que apresentam certa identidade. Ela é, num determinado lugar e momento, o resultado de uma combinação dinâmica – portanto, em movimento, em transformação – de elementos físicos, biológicos e humanos que, reagindo uns com os outros, fazem da paisagem um conjunto único e inseparável, podendo ser descontínuo, múltiplo, em constante evolução.

Sendo a paisagem o resultado de múltiplas combinações de fenômenos – da natureza, das relações sociais, da cultura, da economia e da política – ela apresenta grande diversidade de formas e dimensões. Assim, admite-se uma paisagem que se vê reveladora do social. Mas, por isso é auto-suficiente para compreensão e análise dos conflitos e práticas sociais do mundo contemporâneo? Através das marcas nela impressa podemos reconhecer a sociedade que a construiu e a constrói?

A observação e a interpretação da paisagem como processo são os pontos de partida para o entendimento das relações entre sociedade e natureza, o que nos ajuda a compreender melhor o mundo em que vivemos. Afinal, os processos sociais moldam as diferentes paisagens na superfície da Terra, numa relação de intensa interdependência.

No entanto, não podem ser analisadas independentes das práticas sociais. Para Maria Tereza Duarte Paes Luchiari (2001:13), “*tomada isoladamente, a paisagem é um vetor passivo. Somada ao valor social que lhe é atribuído, transforma-se em espaço, processo ativo da dinâmica social*”.

A partir desses parâmetros pode-se afirmar que a observação da paisagem permite-nos interpretar os processos físicos, biológicos e humanos que nela estão impressos, constituindo-se um método para a compreensão das condições naturais e sociais vigentes num determinado lugar.

A paisagem enquanto categoria geográfica desde seus primórdios apresenta-se em estreita ligação com a cultura, como implícito na evolução da geografia cultural. Por outro lado, as escolas de geografia apresentaram durante certos períodos uma grande diferenciação entre paisagem cultural e paisagem natural. Essa separação conceitual dificulta sua análise enquanto patrimônio cultural, e, portanto, de definição de critérios para sua preservação.

No contexto da definição de políticas públicas voltadas para preservação, essa separação não se justifica, porque tanto uma como a outra, ao serem identificadas ou apropriadas por seu valor simbólico, dotadas de qualidades intrínsecas e significativo valor coletivo, social ou cultural, passam a constituir um patrimônio cultural. Daí sua importância como patrimônio cultural a ser preservado.

O patrimônio cultural é, segundo o IEPHA/MG (1), “*o que confere ao povo identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, [...] estimulando o exercício da cidadania mediante um profundo senso de lugar e de continuidade histórica...*” Assim, a noção de patrimônio cultural não se apresenta estática na sua concepção, apesar do senso comum atribuir o seu significado na materialização do objetivo alvo de proteção. A paisagem pode ser entendida como elemento formador de sua identidade, na medida em que apresenta valor simbólico para uma comunidade ou grupo social. Porque não pensar na idéia de museu paisagem, atribuindo a ela um significado de patrimônio cultural.

O conceito de patrimônio cultural assume na atualidade um enfoque mais abrangente que ultrapassa a visão inicial de excepcionalidade e monumentalidade, passando a incorporar elementos da paisagem. A incorporação da paisagem no patrimônio ambiental urbano se consolida na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris, 1972, considerando as ameaças crescentes de destruição pela evolução da vida social e econômica que podem significar o empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo.

A paisagem - patrimônio cultural, resulta, portanto da associação à construção social, reunindo indivíduos e grupos em torno de um sentimento identitário, de uma entidade coletiva, abstrata, mas visível por aqueles que aí se reconhecem. A ampliação científica do conceito deverá proporcionar novas relações entre cultura e natureza e nova abordagem sobre a significância da paisagem, como patrimônio ambiental urbano.

*Hoje, atribui-se à expressão **patrimônio ambiental urbano** os elementos formadores da identidade de determinado lugar, incluindo (...) a paisagem*

da cidade como um todo, seus valores históricos, sociais, culturais, técnicos, formais, afetivos e as inter-relações entre eles. (FÉRES, 2000)

Nesse contexto é fundamental recuperar o papel do Estado como agente de proteção da identidade local, a princípio capaz de integrar, garantir e incentivar a participação social no processo decisório relacionado ao estabelecimento de um processo de desenvolvimento que insira os valores culturais na sua construção.

Sustentabilidade, gestão da paisagem e conflito

No mundo contemporâneo fala-se da morte da paisagem, em função da destruição das paisagens tradicionais pela sociedade e a conseqüente alteração das características que lhe atribuíam significado. Segundo Luchiari (2001:17), *“a compreensão da paisagem, hoje, está diretamente relacionada à preocupação ecológica com o ambiente”*.

A busca da sustentabilidade da cidade a partir da valorização da paisagem como patrimônio cultural, se justifica pelo fato da paisagem retratar o significado que o lugar ou a paisagem tem para a sociedade. Muitas vezes podem refletir as práticas sociais que lhe conferem usos e funções. Essas práticas resultam de conflitos de interesses ou pactos entre os diversos atores da comunidade ou grupo social. Por outro lado, a valoração unicamente estética da paisagem pode destruir o seu significado original, ao produzir uma nova organização territorial e simbólica.

Na discussão sobre a preservação da paisagem é importante avaliar sua singularidade e significado para a população, e não somente para o governo ou para o mercado, que freqüentemente adotam a lógica da acumulação capitalista nas decisões relacionadas ao processo de produção do espaço utilizando-se do discurso da valorização da paisagem.

A paisagem é um bem de todos [...] sinaliza a prioridade do espaço público em face do privado, o uso coletivo em face do individual(...) (no entanto) a paisagem é um bem apropriado de forma desigual. Enquanto atributo ambiental, natural e construído, a paisagem configura-se como um elemento diferenciador no investimento imobiliário, agregando-lhe ou não valor.(...) A paisagem, funciona como objeto de consumo no sentido da mercadoria. Essa é a dimensão econômica da paisagem, cuja lógica de apropriação é privada. (CAVALAZZI & OLIVEIRA, 2002)

Varias paisagens legalmente protegidas, não o são na realidade. Por um lado, a decisão de protege-las ou não, desconhece na maioria das vezes seu significado para a sociedade ou, numa postura autoritária em defesa de interesses “ditos” coletivos, exclui a participação da comunidade no processo decisório.

Um exemplo do conflito de interesses com relação à apropriação do espaço e da paisagem pelo mercado, num pacto formal com o governo municipal, é a aprovação e implantação do Bairro Belvedere III, na região sul do Município de Belo Horizonte, encosta da Serra do Curral, patrimônio municipal. *“Salienta-se (que essa região) [...] é uma “zona de conflito”, na medida em que a forte marcha da especulação imobiliária contrapõe-se à necessidade de preservação do patrimônio Serra do Curral”*. (RODRIGUES, 2002)

O caso do Bairro Belvedere III é emblemático. Questões técnicas se mesclaram a questões de ordem política e sócio-econômicas e resultaram na implantação e ocupação do bairro. Pesem os prognósticos de impacto negativo sobre o patrimônio ambiental da região, tanto do ponto de vista da fragilidade ambiental da região quanto da interferência no alinhamento tombado da Serra do Curral, referência simbólica dos habitantes de Belo Horizonte. Para Santos (1986), essa situação traduz a perda do valor de uso do espaço, quando afirma que:

[...] o espaço é mercadoria universal e o valor de troca prevalece frequentemente em detrimento dos valores simbólicos e sócio-culturais. No jogo de interesses diferenciados que produz a cidade, a construção da visão pública deve conduzir ao equilíbrio na relação público/privado e à sustentabilidade entendida como a relação de continuidade entre o passado, o presente e o futuro. (SANTOS, 1986)

Os conflitos explicitam tanto o desconhecimento do real significado da paisagem para a comunidade (ou para as comunidades), como a impossibilidade de lidar com a multiplicidade de percepções e o autoritarismo na definição de paisagens a serem protegidas, que não incorporam no processo decisório a participação da sociedade envolvida. Muitos são os casos de destruição do patrimônio paisagístico que, embora seja considerado bem público, é contraditoriamente um elemento de consumo resultante da “(re)significação” (2) da paisagem, cada vez mais incorporada ao discurso e prática dos agentes imobiliários.

As diversas práticas de apropriação do espaço pela sociedade obedecem a mecanismos de mercado, decisões políticas ou procedimentos informais de controle social. (...) A paisagem é o símbolo/signo dessas práticas e das relações de poder que atravessam a sociedade em determinado momento. (LEITE, 1994)

Não há como tratar a questão da preservação do patrimônio cultural e melhorar qualquer quadro urbano sem proteger a memória coletiva, os bens culturais e naturais que explicitam a relação afetiva da comunidade com o lugar onde vive.

Considerações finais

A paisagem, patrimônio cultural, significa um grande desafio: como protegê-la, restaurá-la, preservá-la, diante da explosão avassaladora de uma cultura globalizada, pós-moderna, que elegeu a padronização, a efemeridade e a autofagia como elementos fundamentais de sua dinâmica?

O mesmo se verifica em relação às cidades, especialmente da periferia do capitalismo global, com seus enclaves miméticos inseridos numa extensão miserável, de excluídos da mesma globalização. O novo paradigma, produto da participação popular e da formulação de pactos envolvendo a sociedade civil, Estado e mercado, proporcionará a possibilidade de proteger o patrimônio natural e cultural urbano, e a reafirmação da identidade local.

A cidade é um organismo vivo, em constante transformação e devido ao seu dinamismo não pode ser congelado no tempo. No entanto, seu patrimônio natural e paisagístico, que decorre da apropriação pela sociedade desse patrimônio como referencial simbólico e

suporte para sua ocupação, deve ser objeto da adoção de medidas efetivas para sua proteção, garantindo a preservação da identidade da cidade e de sua qualidade urbana.

Esse trabalho defende, portanto, o respeito ao patrimônio ambiental urbano e a realização de uma gestão pública comprometida com os princípios da função social da propriedade e da sustentabilidade urbana. Como caminho aponta o estudo da paisagem que apesar dos desafios do mundo contemporâneo, busca unir o velho e novo, interno e externo ou concreto e abstrato, ambiente objetivo e subjetivo.

Para tanto, apresenta a necessidade da adoção de ações integradas e de responsabilidades compartilhadas, com a efetiva participação do poder público e de toda a sociedade, para evitar que o impacto negativo de ações promovidas por políticas equivocadas do passado se perpetuem no tempo - espaço e comprometam definitivamente o elo da cidade e de seus cidadãos com seu sítio natural e sua cultura.

Notas Finais:

- (1) Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, autarquia estadual responsável pela política de preservação do patrimônio cultural, sediado em Belo Horizonte MG.
(2) Termo utilizado por Maria Tereza Luchiari, 2001.

BIBLIOGRAFIA

HALL, E.T. **A dimensão oculta**; tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. Santa Catarina: UFSC, 2001.

MELO, Vera. *Paisagem e simbolismo*. In **Paisagem, imaginário e espaço**. Zeny Rosenthal e Roberto Corrêa (org.) – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

LUCHIARI, MARIA T. D. P. *A (re) significação da paisagem no período contemporâneo*. In: ROSENTHAL, Zeny & CORRÊA, Roberto (org). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro:UERJ, 2001.

SANTOS, M. **A Construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

CAVALAZZI, R.L e OLIVEIRA D. *Gestão ambiental do solo urbano: o direito à paisagem*. In: FERNANDES, Edesio & RUGANI, Jurema (org). **Cidade, Memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: IAB/MG, 2002.

LEITE, Maria A. F. P. **Destruição ou desconstrução: questões da paisagem e tendências de regionalização**. São Paulo:HUCITEC, 1996.

RODRIGUES, M.G. *Zona de fronteira: a expansão urbana recente na zona sul de Belo Horizonte*. In: FERNANDES, Edesio & RUGANI, Jurema (org). **Cidade, Memória e**

legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB/MG, 2002.

FÉRES, L.R. In: 1º Congresso de Direito Urbanístico. Belo Horizonte, dez/2000.

(1) & (2) Mestradas do Programa de Pós Graduação em Geografia IGC/UFMG, Campus UFMG – Pampulha; E-mail: posgeog@igc.ufmg.br

82/PLANEJANDO ESPAÇOS ABERTOS JUNTO A INSTITUIÇÕES PARA IDOSOS: UM ESTUDO SOBRE AS NECESSIDADES DE SEUS USUÁRIOS

Sérgio Luiz V. Tomasini (1)
Beatriz Fedrizzi (2)

1. Introdução

Cada vez mais, tem-se reconhecido a contribuição da presença de espaços abertos (particularmente, áreas verdes) e do acesso a estes espaços pela população para a garantia de uma maior qualidade de vida em ambientes urbanos. Um dos argumentos mais relevantes no sentido de justificar a importância da presença de espaços abertos junto a instituições para idosos, assenta-se no fato de que os idosos institucionalizados gradativamente passam a ter menos contato com outros espaços desta natureza fora da instituição em que vivem (como parques e praças, por exemplo).

De acordo com Petterson (*apud* STONENHAM; THODAY, 1994), os idosos geralmente apresentam um maior vínculo com o ambiente em torno do lugar onde moram. Eles dependem mais de serviços locais e gastam menos tempo longe de seus ambientes mais imediatos do que indivíduos mais jovens. Para Stoneham e Thoday (1994), indivíduos jovens geralmente têm a oportunidade de experimentar uma grande variedade de ambientes, através do trabalho e da recreação. Embora existam muitos idosos que continuam a gozar de boa saúde e oportunidades de atividades, para muitos outros o avanço da idade leva a uma mobilidade física limitada e à redução do horizonte social, além de uma crescente dependência do ambiente doméstico em relação a fontes de interesses, estímulos visuais e atividades. Para alguns, o lar passa a abranger toda a sua vida, oferecendo oportunidades muito limitadas de contato com o mundo exterior.

A presença de espaços abertos junto às instituições, desde que convenientemente planejados, pode, portanto, trazer uma série de benefícios aos idosos, que se traduzem, em última análise, em importantes ganhos em sua qualidade de vida. Estas contribuições podem se dar de forma direta, através de efeitos benéficos sobre a saúde e bem-estar dos idosos que utilizam estes espaços, ou de forma indireta, através das interações entre estes espaços e as edificações (melhorando o conforto térmico das edificações, por exemplo), e, por fim, diminuindo o isolamento dos idosos em relação a outras gerações ao servir como um atrativo para a comunidade local.

Tendo em vista a importância da presença de espaços desta natureza junto a instituições para idosos, deduz-se que o planejamento adequado dos mesmos seja fundamental no sentido de garantir que seus benefícios efetivamente se façam sentir sobre seus usuários. Infelizmente, o que se pode observar é que o planejamento destes espaços ainda é um tema pouco explorado, mesmo entre os países ditos “desenvolvidos”. Referindo-se a experiência destes países, Stoneham & Thoday (1994) afirmam que, recentemente, consideráveis avanços têm sido verificados em relação ao *design* de edificações em função das necessidades particulares de idosos. No entanto, estas considerações raramente têm ido além das edificações, sendo que os espaços externos têm recebido muito pouca atenção. Para os autores ainda, muito da literatura técnica sobre o desenvolvimento de habitações para este grupo tem tratado a paisagem externa como um “cosmético” para as edificações, ao invés de tratá-la como uma parte do ambiente total da

moradia. Este posicionamento, afirmam, tem como consequência a limitação dos horizontes dos residentes às paredes da edificação.

A escassez de informações sobre o planejamento de espaços abertos em instituições para idosos, principalmente junto à literatura técnica e científica nacional, através de estudos envolvendo a realidade das instituições brasileiras, consiste na principal motivação que levou à realização do presente trabalho. Desta forma, através de um estudo de casos envolvendo duas instituições para idosos localizadas em Porto Alegre, procurou-se identificar características das áreas externas que estimulam ou inibem sua utilização pelos idosos. A seguir são descritos os métodos de pesquisa utilizados neste estudo e, na seqüência, são apresentados e discutidos seus principais resultados.

2. Método de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida através de um estudo de casos envolvendo duas instituições para idosos, localizadas em Porto Alegre-RS. Procurou-se, através do mesmo, estudar as preferências dos idosos em relação aos espaços abertos para diferentes condições de disponibilidade e qualidade destas áreas nas instituições. Assim, as instituições selecionadas para o estudo eram bastante semelhantes quanto a uma série de características (tais como público-alvo, serviços oferecidos aos residentes, instalações físicas no que diz respeito às edificações, etc.), porém bastante diferentes quanto aos espaços abertos oferecidos aos residentes. O processo de seleção partiu de um estudo anterior, realizado por Tomasini *et al* (2002), que descreveu os espaços abertos disponíveis em uma amostra de 12 instituições distribuídas no município, além de levantar diversas informações sobre estas instituições. Uma das instituições selecionadas (instituição A), apresentava grande disponibilidade de espaços abertos, sendo que estas áreas foram consideradas de qualidade superior por apresentarem maiores possibilidades de utilização pelos idosos. A outra instituição (instituição B), por outro lado, apresentava áreas externas bastante restritas e de qualidade inferior, com poucas possibilidades de utilização. Cabe ressaltar ainda, que ambas instituições selecionadas atendem apenas a idosos do sexo feminino.

Nas primeiras visitas às instituições, foram realizados levantamentos físicos (medições) dos espaços abertos disponíveis junto às mesmas, a fim de confeccionar as plantas baixas destas áreas. Visando auxiliar a análise dos resultados, foram realizados ainda levantamentos fotográficos destes espaços.

A fim de identificar as áreas mais e menos utilizadas pelas idosas foram realizadas entrevistas com residentes, funcionários e visitantes. Também foram realizadas observações das idosas durante sua permanência nas áreas externas, a fim de comparar a utilização observada destas áreas com aquela relatada durante as entrevistas. Nas entrevistas aplicadas às residentes, solicitava-se que estas indicassem as porções das áreas externas que costumavam utilizar com maior freqüência, bem como aquelas que utilizavam com menor freqüência. Solicitava-se, ainda, que explicassem o porquê de preferirem ou evitarem as áreas que haviam indicado. A pesquisa também considerou a percepção dos funcionários e visitantes sobre a utilização das áreas externas pelas idosas. Desta forma, perguntava-se aos mesmos os locais que achavam ser aqueles de preferência das idosas e, ao contrário, aqueles locais que observavam ser evitados pelas mesmas. Também era solicitado a eles que justificassem suas respostas, baseados na

sua percepção. A fim de facilitar a identificação das porções das áreas externas mais e menos utilizadas, mostrava-se aos entrevistados as plantas baixas das áreas externas das instituições. Embora se tenha tomado o cuidado de confeccionar as plantas baixas em escala adequada para permitir sua fácil visualização pelas idosas, observou-se que muitos tinham dificuldade de identificar nas mesmas as áreas a que se referiam em seus relatos. As descrições verbais das áreas indicadas, no entanto, permitiram ao pesquisador identificar com facilidade os locais a que os entrevistados se referiam. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas para permitir a análise dos dados. Foi aplicado um total de 44 entrevistas, somando-se as duas instituições.

Para a análise dos dados, foram construídas categorias de respostas a partir da identificação de palavras-chave junto às transcrições das entrevistas. As categorias de respostas encontradas dizem respeito às características das porções das áreas externas que definem sua maior ou menor utilização pelas idosas, segundo a percepção dos entrevistados. Estes dados foram posteriormente confrontados com os resultados das observações e com as caracterizações dos espaços abertos obtidas pelos levantamentos físicos e fotográficos.

3. Resultados e discussões

Nas Figuras 1 e 2 (páginas seguintes), pode-se observar as plantas baixas das instituições A e B respectivamente.

Observa-se, na instituição A, amplas áreas externas com a presença bastante marcante de vegetação arbórea e arbustiva. Também podem ser observados elementos como pergolados e um passeio que circunda a edificação principal, bem como áreas funcionais organizadas em varal para secagem de roupas, pomar, horta, lavoura e um pequeno galinheiro. Embora não possam ser visualizados na planta baixa devido à escala utilizada, existem bancos fixos tanto na parte da frente do lote (a maior parte junto ao acesso principal da edificação) como nos fundos (junto à área de varal para secagem de roupas).

A instituição B, por sua vez, já apresenta áreas externas bem mais limitadas. Na frente do lote, junto à entrada principal da edificação, existe apenas uma pequena área com gramado e poucos exemplares de espécies arbustivas e arbóreas. Nos fundos do lote, a maior parte da área apresenta elevação bastante acentuada no nível do terreno, o que torna bastante difícil o seu acesso. Uma pequena porção desta área, localizada em uma faixa próxima a edificação, é plana e aí estão localizados um pergolado e uma área de varal para a secagem de roupas. No segundo pavimento da edificação, existe ainda um terraço, utilizado principalmente para a secagem de roupas.

A construção de categorias de repostas a partir dos resultados das entrevistas apontaram resultados bastante interessantes no que diz respeito às relações entre as características físicas dos espaços e a sua utilização pelas idosas. Desta forma, pôde-se observar que, apesar das profundas diferenças existentes entre os espaços abertos existentes na Instituição A e na Instituição B, as características que definem a maior ou menor utilização de uma determinada área do pátio, segundo a percepção dos entrevistados, se repetem para ambas instituições. Esta constatação é de alta relevância para a presente pesquisa,

pois permite supor que estas características estejam ligadas a necessidades comuns das idosas em relação aos espaços abertos.

As características apontadas em ambas instituições, como determinantes da maior ou menor utilização de áreas específicas do pátio pelas idosas, são apresentadas na Tabela 01. Pode-se observar uma clara relação de oposição entre estas características, ou seja, ao mesmo tempo em que a presença de uma característica determina a maior utilização de uma área do pátio, a falta desta característica ou uma característica antagônica a esta determina a menor utilização de uma outra área do pátio. A constatação desta relação de oposição reforça a importância destas características quanto à influência que exercem sobre a utilização do pátio pelas idosas.

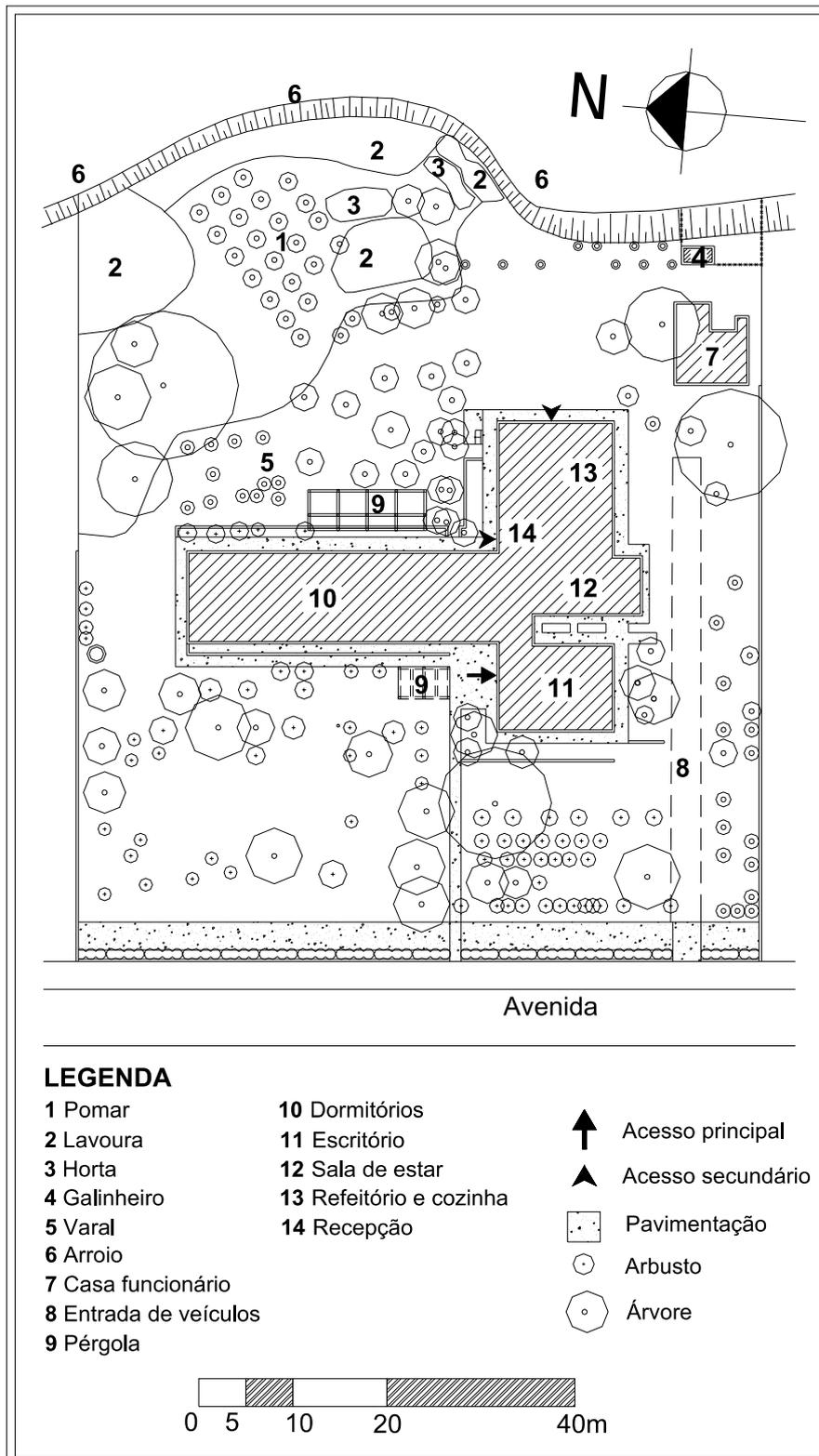


Figura 1: Espaços abertos disponíveis junto à instituição A

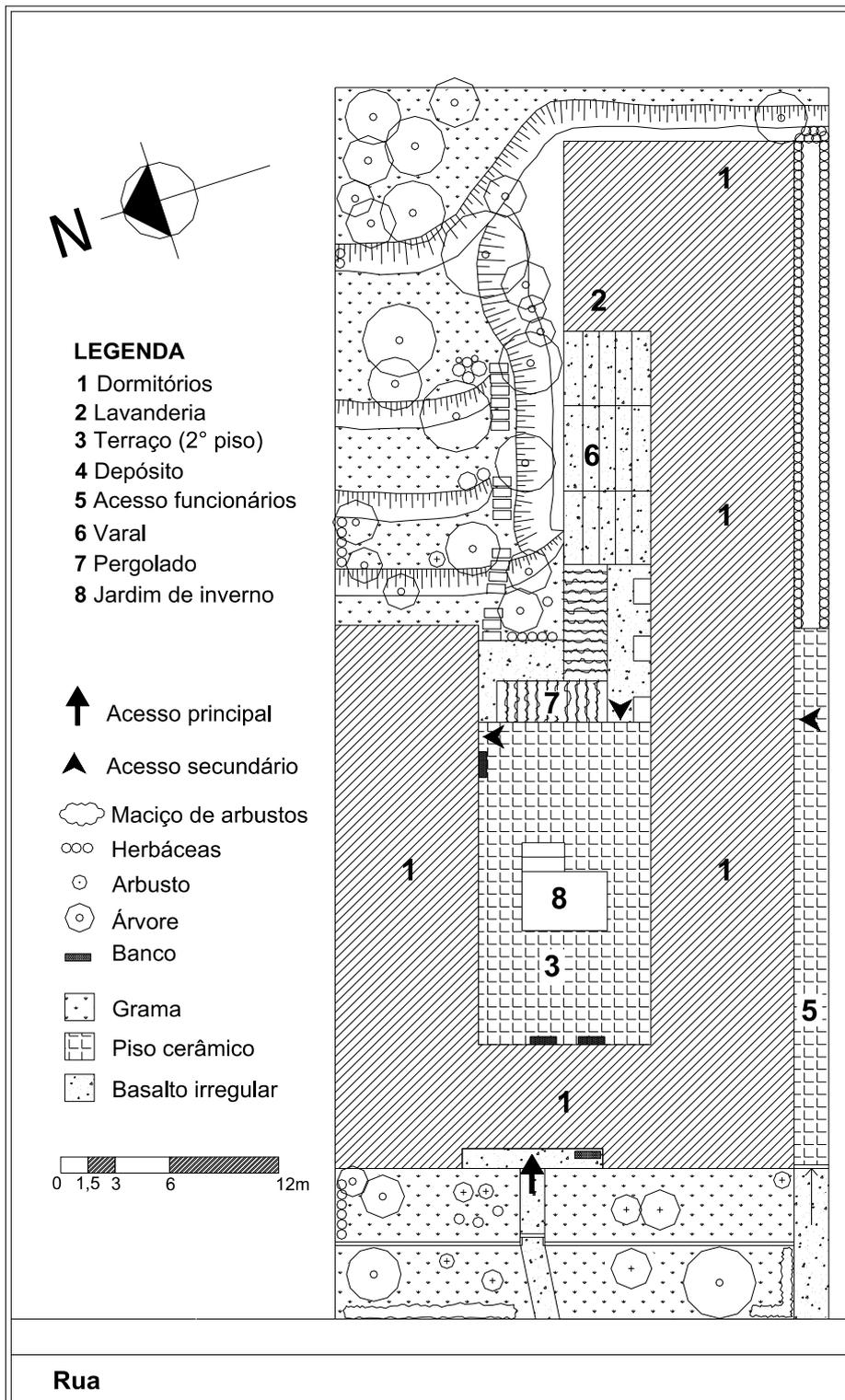


Figura 2: Espaços abertos disponíveis junto à instituição B

Tabela 01: Características das áreas do pátio mais e menos utilizadas pelas idosas para Instituições A e B

Locais mais utilizados	Locais menos utilizados
<ul style="list-style-type: none"> • fácil acesso e segurança 	<ul style="list-style-type: none"> • difícil acesso e risco de queda
<ul style="list-style-type: none"> • próximos aos acessos das edificações 	<ul style="list-style-type: none"> • distantes dos acessos das edificações
<ul style="list-style-type: none"> • liberdade de acesso 	<ul style="list-style-type: none"> • acesso proibido
<ul style="list-style-type: none"> • limpeza 	<ul style="list-style-type: none"> • sujeira
<ul style="list-style-type: none"> • conforto 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de conforto
<ul style="list-style-type: none"> • elementos de interesse 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de elementos de interesse
<ul style="list-style-type: none"> • atividades 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de atividade
<ul style="list-style-type: none"> • privacidade 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de privacidade

A fim de compreender como estas características podem influenciar a utilização do pátio pelas idosas, serão feitos alguns comentários a seguir sobre como cada uma delas foi identificada no presente estudo. Serão apresentadas, ainda, a partir de dados coletados na bibliografia, sugestões de como planejar os espaços abertos, considerando a influência destas características, a fim de incentivar a maior utilização do pátio pelos residentes.

Acessibilidade e segurança

Observou-se que os locais apontados em ambas instituições como os mais utilizados são locais de fácil acesso para as idosas. Estes são em sua maioria planos; os acessos aos mesmos não apresentam obstáculos formados por degraus ou desníveis; e os caminhos de acesso apresentam piso de superfície uniforme e áspera o suficiente para evitar quedas devido a escorregões. Também é interessante observar que as áreas menos utilizadas pelas idosas, em ambas as instituições, não possuem caminhos de acesso pavimentados. Normalmente a não utilização destes locais está associada ao “medo de cair”, termo bastante utilizado pelas idosas durante as entrevistas.

As observações realizadas nas instituições estudadas concordam com Stoneham & Today (1994), para quem a dificuldade de acesso é uma das principais causas da não utilização de áreas externas por idosos. Associado à presença de acessos ruins, os autores referem-se, ainda, às condições de segurança que os idosos encontram junto aos espaços externos. Para eles, a crescente fragilidade e/ou perda de habilidades, comuns à idade avançada, tendem a trazer consigo uma maior sensação de vulnerabilidade e uma maior desconfiança em relação a ambientes com os quais não se está familiarizado.

Para Stoneham & Today (1994), o maior obstáculo que se opõem aos idosos para que estes visitem os espaços externos às edificações é o processo de passagem através da porta que dá acesso ao exterior. Áreas externas destinadas à utilização mais intensiva, como terraços, por exemplo, devem ser facilmente acessadas a partir do interior das edificações. Idealmente, o nível do piso do lado exterior da edificação deve encontrar o nível de seu interior. Mesmo a presença de pequenos desníveis ou degraus é uma

barreira para idosos usuários de cadeiras-de-roda e para aqueles com pouca mobilidade; mesmo uma pequena rampa pode ser uma barreira psicológica significativa. Onde é inevitável uma alteração no nível do piso, deve-se preferencialmente oferecer ao usuário a escolha entre rampa e degraus. Portas de acesso para o exterior devem apresentar largura suficiente (mínimo de 85 cm) para a passagem de cadeiras-de-roda e serem fáceis de abrir.

A disponibilidade de corrimãos proporciona segurança e confiança para os idosos que apresentam maior fragilidade. Eles servem como suporte, bem como servem de guia para que idosos com algum grau de confusão mental possam retornar para o local de onde partiram. Para facilitar sua visualização, devem apresentar cores que proporcionem contrastes marcantes com o fundo de onde estão inseridos (BRAWLEY, 2001).

Quanto aos caminhos que percorrem o jardim, estes devem ser largos o suficiente para permitir que duas pessoas utilizando cadeiras-de-roda ou andadores possam passar ao mesmo tempo (idealmente 1,8 m) (ROBSON *et al*, 1997; BEER, 2001). Em relação às características das superfícies destes caminhos, Robson *et al* (1997) observam o seguinte:

- Devem apresentar superfícies firmes, semi-porosas e antiderrapantes.
- Uma superfície adequada é proporcionada por concreto com superfície de agregados exposta a fim de proporcionar textura. Juntas de controle podem ser marcadas por ladrilhos de cores fortes ou por pavimentação de tijolos.
- Materiais betuminosos também são adequados, contanto que a eles sejam dados tratamentos que garantam sua textura.
- Pisos construídos em blocos ou pavimentação de tijolos estão sujeitos à movimentação com o tempo e, portanto, necessitam de uma manutenção cuidadosa.
- Materiais soltos como brita devem ser evitados.
- Bordas e limites devem ser marcados com ladrilhos ou pavimentações de cores fortes.
- Perigos ou alterações no trajeto devem ser indicados com ranhuras na superfície para auxiliar pessoas cegas com bengalas.
- Galerias de drenagem e grades devem ser cuidadosamente protegidas.
- A manutenção regular é necessária para reparar danos nas superfícies dos pisos e prevenir o acúmulo de líquens.

Proximidade das áreas em relação à edificação

Outro aspecto bastante importante para a utilização do pátio, observado através da pesquisa, foi a proximidade das áreas em relação à edificação. Observou-se que, normalmente, as idosas utilizam com maior frequência e por uma maior período de tempo aqueles espaços mais próximos aos acessos da edificação. Esta condição é particularmente visível na instituição A, onde as áreas externas apresentam dimensões bem superiores àquelas encontradas junto à instituição B. As observações realizadas na instituição permitiram verificar que, de fato, as idosas costumam “orbitar” ao redor do

prédio no desenvolvimento de suas atividades junto ao pátio, raramente se aventurando em áreas mais distantes. Ao contrário, as áreas menos utilizadas estão bastante distantes da edificação. Embora a menor utilização destas áreas também esteja relacionada a outros fatores, como acesso ruim e falta de bancos, a distância foi explicitamente mencionada por alguns entrevistados como um fator de inibição ao uso.

Estes resultados também concordam com Stoneham & Thoday (1994), segundo os quais a distância dos locais para sentar a partir da edificação irá inevitavelmente influenciar a sua atratividade e o seu uso pelos idosos. Da mesma forma, cadeiras ou bancos próximos à edificação provavelmente serão utilizados com maior frequência. Quanto maior a distância que necessita ser percorrida e quanto mais barreiras (por exemplo, escadas e acesso ruim) houverem no caminho, maior será a resistência das pessoas em utilizar estes locais.

Estas observações sugerem que o planejamento de espaços abertos em instituições para idosos deve dedicar especial atenção ao tratamento das áreas mais próximas às edificações e seus acessos, pois essas, certamente, serão as mais utilizadas pelos idosos. A qualidade destas áreas é especialmente importante para os idosos que apresentam maior fragilidade, cuja dificuldade de locomoção limita ainda mais a utilização de locais mais distantes. Devem ser previstas para as mesmas, portanto, fácil acesso, condições de segurança (pisos adequados, corrimãos, etc.), locais adequados para sentar e elementos de interesse que incentivem a utilização do pátio pelos idosos.

Liberdade de acesso

A liberdade de acesso também foi observada como um fator determinante da utilização dos espaços abertos. Está diretamente relacionada à política da administração em relação ao uso do pátio. Assim como algumas áreas têm seu uso incentivado pela administração, o acesso a outras áreas, ao contrário, é desestimulado a ponto de algumas idosas perceberem estes locais como "proibidos". Desta forma, nota-se claramente nas instituições estudadas que as áreas cuja utilização é de alguma forma desestimulada pela administração ou pela equipe de funcionários são, de fato, aquelas menos utilizadas pelas idosas. Estas restrições ao uso, normalmente se devem a preocupações da administração com a segurança das idosas, quando as características da área oferecem riscos à integridade física das senhoras, ou ao receio de que a presença das idosas possa prejudicar o desenvolvimento de um determinado serviço nesta área.

De acordo com Stoneham & Thoday (1994), o incentivo dos administradores e da equipe de funcionários pode auxiliar os idosos a iniciarem o desenvolvimento de atividades e a se sentirem mais confortáveis na utilização dos espaços abertos. Este suporte e incentivo é especialmente valioso onde as áreas de jardim são comunitárias e os residentes se sentem inseguros sobre sua posse ou direito de acesso. Inversamente, a administração restritiva desses locais pode ser um dos mais efetivos repressores de seu uso pelos idosos.

Tendo em vista estas observações, pode-se concluir que, a fim de que as áreas externas disponíveis em instituições para idosos possam ser utilizadas da melhor forma possível, deve haver uma clara política de incentivo da administração à maior apropriação possível

do pátio por seus residentes. Para que este incentivo seja possível, no entanto, os espaços abertos devem ser adequadamente planejados e oferecer infra-estrutura física que permita a utilização da máxima área possível pelos idosos com o mínimo de riscos para a sua integridade física e sem que haja conflito com possíveis funções de serviço a serem desenvolvidas nas áreas externas.

Limpeza da área

Outro aspecto apontado nas entrevistas, relacionado a maior ou menor utilização do pátio, foi a limpeza da área. Desta forma, os locais de maior utilização foram identificados como locais “limpos” e locais pouco utilizados como “sujos”. Locais percebidos como limpos pelos entrevistados são locais de fácil acesso, pavimentados ou revestidos por gramíneas rasteiras, e que recebem manutenção freqüente (corte de grama, varrição, poda e limpeza de folhas secas, etc.). Locais sujos, por outro lado são locais que recebem pouca ou nenhuma manutenção, apresentam vegetação herbácea e arbustiva espontânea (“inços”) e difícil acesso. Estes locais, freqüentemente, apareceram nas entrevistas (principalmente, nos relatos das idosas), associados a “medo de bichos” (cobras, aranhas, sapos e lagartos foram os “bichos” citados pelos entrevistados).

O considerável grau de importância conferido pelas idosas à limpeza do pátio pode estar relacionado em parte a questões culturais. Tendo em vista que a maioria das residentes, considerando-se o perfil das mulheres da geração de que fazem parte, provavelmente, deve ter atuado durante a maior parte de suas vidas como donas de casa, é de se esperar que possuam um senso de organização bastante apurado. Por outro lado, a limpeza dos locais a que se referem às idosas também está relacionada à facilidade de se deslocarem por estes ambientes, com a menor presença de riscos ou obstáculos (como, por exemplo, buracos escondidos sob a vegetação) o que, em última análise, está associado à acessibilidade e segurança dos mesmos.

Estas considerações permitem concluir, desta forma, que deve-se dedicar especial atenção à adequada manutenção dos espaços abertos em instituições para idosos, tanto em relação à infra-estrutura disponível, como também em relação aos cuidados com a vegetação. O aspecto de abandono das áreas, pode transmitir idéias de desorganização e sujeira, acompanhadas por uma sensação de risco que desestimula sua utilização pelos idosos. Deve-se tomar cuidado, no entanto, conforme alertam Stoneham & Thoday (1994), para não conferir aos espaços abertos um aspecto demasiadamente “arrumado”, a ponto de terem sua utilização restrita, desestimulando sua apropriação pelos idosos. Ou seja, os idosos devem sentir que os espaços abertos estão disponíveis para que eles possam não só utilizá-los, mas também modificá-los de acordo com as suas necessidades.

Conforto

Os resultados da pesquisa sugerem que a pouca utilização de determinados espaços também está relacionada à falta de condições que propiciem conforto a seus usuários. Dentre as condições de conforto citadas nas entrevistas, destacam-se o conforto térmico, o conforto acústico e a presença de bancos adequados.

A falta de sombra (ou o excesso de sol), como um dos fatores que impede a maior utilização de determinadas áreas do pátio, foi identificada, sobretudo, na instituição B. Nesta instituição, duas das áreas externas preferidas pelas idosas (a área localizada junto ao acesso principal da edificação e o terraço), de acordo com os relatos dos entrevistados, poderiam ser mais utilizadas não fosse a falta de sombra, que torna estes locais bastante desagradáveis em dias quentes de verão. Já, na instituição A, mesmo os locais mais ensolarados possuem árvores próximas, possibilitando às idosas se refugiarem sob sua sombra mediante o sol excessivo. A presença tanto de áreas de sombra como áreas ensolaradas no pátio desta instituição oferece boas condições de conforto térmico às idosas, que podem optar entre ambas as situações de acordo com as condições do clima. Isto, sem dúvida, colabora para o maior tempo de permanência das idosas no pátio desta instituição quando comparadas às idosas da instituição B.

Embora não apontada pelos entrevistados durante a pesquisa, outra questão relacionada ao conforto térmico que pode influenciar a utilização do pátio pelos idosos é a presença de correntes de ar ou ventos fortes. Os idosos são mais sensíveis a mudanças bruscas de temperatura, portanto, a exposição a correntes de ar pode ser prejudicial à sua saúde. Desta forma, os locais destinados à permanência dos idosos (como locais para sentar) devem ser protegidos contra a incidência de ventos (Stoneham & Thoday, 1994).

Igualmente importante de ser discutido aqui, embora também não citado durante as entrevistas, é o conforto lumínico. Com o avanço da idade, as pessoas tornam-se mais sensíveis aos efeitos da luz ou do brilho refletido por superfícies. Deve-se, portanto, ter particular cuidado ao selecionar materiais de superfícies de pisos ou mobiliário a serem utilizados em espaços externos a fim de reduzir o desconforto causado aos idosos e evitar eventuais riscos de queda devido ao ofuscamento da visão (BRAWLEY, 2001; ROBSON *et al*, 1997; STONEHAM; THODAY, 1994). Outra estratégia para reduzir o desconforto causado por superfícies demasiadamente reflexivas é a utilização de árvores, pergolados e toldos a fim de interceptar a luz solar direta ou refletida (STONEHAM; THODAY, 1994).

Um dos aspectos citados nas entrevistas como justificativa para a pouca utilização de determinadas áreas do pátio foi o “barulho”. O “barulho” citado refere-se ao excesso de ruídos emitidos por veículos em áreas muito próximas à rua. O excesso de ruídos é particularmente incômodo para pessoas de idade avançada, pois prejudica em maior grau a sua capacidade de comunicação com as outras pessoas, bem como a identificação dos sons do ambiente no qual estão inseridas. Devido às perdas de habilidade auditiva, decorrentes do processo de envelhecimento, uma simples conversa de uma pessoa em posição próxima pode ser difícil de ser ouvida quando há a presença de ruídos de fundo (AMERICAN ASSOCIATION OF RETIRED PERSONS, 1997; PROVIDENCE CENTER ON AGING, 2001).

Por outro lado, algumas idosas apontaram o silêncio como uma das justificativas para suas preferências em relação a determinados locais do pátio. É interessante observar, no entanto que, para algumas idosas, o “excesso de silêncio” também representa um fator de desestímulo a utilização de alguns locais do pátio. Provavelmente, para estas idosas, lugares muito silenciosos transmitem uma certa sensação de isolamento para com o mundo exterior à instituição (que, por sua vez, pode estar relacionada a sentimentos de abandono da família ou da sociedade). O planejamento de espaços abertos em instituições para idosos, portanto, deve contemplar, sempre que possível, tanto locais onde as pessoas possam desfrutar de silêncio como locais onde elas tenham acesso aos

sons da vida exterior à instituição (naturalmente, deve-se tomar as devidas precauções para que estes sons não constituam ruídos excessivos a ponto de causar desconforto às pessoas).

A presença de bancos em quantidades adequadas, dispostos em locais de fácil acesso e confortáveis do ponto de vista ergonômico exerce grande influência sobre a utilização do pátio, especialmente sobre o tempo de permanência dos idosos nos espaços externos. Conforme observado pela pesquisa, a pouca utilização e, sobretudo, a pouca permanência em determinadas áreas do pátio, estão relacionadas à ausência de bancos ou de lugares adequados para as idosas sentarem. Na instituição A, a maior parte dos locais apontados pelos entrevistados, como sendo pouco utilizados pelas idosas, não dispõe de nenhum banco. As áreas mais utilizadas, por sua vez, dispõem de bancos ou estão situadas próximo às edificações, em locais onde as idosas podem facilmente instalar cadeiras de armar. Já na instituição B, embora os locais mais utilizados pelas idosas apresentem bancos (junto ao acesso principal, no terraço e sob o pergolado), estes não contribuem para o maior tempo de permanência das idosas nos espaços externos. Isto ocorre porque estes bancos não são apropriados para as necessidades das idosas (não possuem encosto, são mal dimensionados e são construídos com material inadequado).

Stoneham & Thoday (1994) fazem as seguintes recomendações quanto à construção de bancos para usuários idosos:

- Devem ter altura um pouco maior que o usual, entre 400 a 500 mm.
- Devem apresentar profundidade entre 400 a 450 mm.
- Descansos para os braços são essenciais e devem estar firmemente fixados para servir como suporte quando a pessoa senta ou levanta. Devem ainda estar posicionados entre 200 a 250 mm acima da altura do assento. O ideal é que haja um descanso para cada seção do banco, distantes 600 mm entre si.
- Encostos ou descansos para as costas também são essenciais e devem estar integrados ao assento.
- Devem dispor de um mínimo de 75 mm de espaço livre sob o banco para que as pernas das pessoas possam balançar para trás, proporcionando impulso no momento de levantar.

O adequado planejamento de espaços abertos em instituições para idosos deve, portanto, prever bancos em quantidades adequadas, construídos adequadamente para as necessidades dos idosos e colocados em intervalos de espaço adequados ao longo do pátio (de maneira a estimular o idoso a percorrer os espaços disponíveis, ao certificar-lhes de que encontrarão locais de descanso ao longo do percurso). Também é importante, sempre que possível, a presença de locais pavimentados, próximos às edificações até onde os idosos (ou seus cuidadores) possam carregar sem dificuldades o mobiliário móvel necessário (como cadeiras de armar, guarda sóis, etc.) e ali instalá-lo de acordo com sua escolha.

Elementos de interesse

Algumas das áreas apontadas nas entrevistas como sendo de menor utilização são áreas bastante “áridas” visualmente ou excessivamente monótonas devido à ausência de eventos ou elementos que possam despertar o interesse das idosas. Estas características, explicitamente mencionadas nos relatos dos entrevistados, constituem mais uma barreira à utilização do pátio pelas idosas. Por outro lado, os espaços mais utilizados são caracterizados por uma maior complexidade visual e pela presença de uma série de elementos que captam a atenção das idosas. Os elementos de interesse identificados nas entrevistas podem ser agrupados da seguinte forma: plantas, animais e pessoas.

A vegetação representa uma importante fonte de interesse que estimula a utilização dos espaços abertos. Muitas idosas relacionaram sua preferência por determinadas áreas do pátio à possibilidade de ali observarem as flores ou o “verde das árvores”. Principalmente na instituição B, onde as idosas possuem maior liberdade de interferir sobre os elementos do pátio, certos locais foram mencionados também pela possibilidade de ali serem coletadas plantas, tanto para enfeitar os quartos e as áreas comuns da casa como para serem utilizadas como alimentos ou medicinais. A vegetação ainda constitui um elemento de incentivo à utilização do pátio quando vista como uma forma de atividade, através do cultivo de plantas pelas idosas, como será discutido mais adiante.

Segundo Stoneham & Thoday (1994), o planejamento adequado da vegetação é particularmente importante para instituições para idosos, onde é necessário proporcionar às pessoas paisagens altamente interessantes, que apresentem um estilo doméstico e que contemplem espécies de plantas pelas quais as pessoas manifestam preferências.

Além de proporcionar interesse à paisagem, conferindo-lhe uma maior dinâmica visual ao longo do ano, as variações sazonais da vegetação são especialmente importantes para os idosos que gozam de pouca mobilidade, cujo maior aproveitamento do pátio se dá por meio visual, seja a partir de áreas externas mais próximas à edificação, seja a partir do interior da edificação, através da vista de janelas (STONEHAM; THODAY, 1994). Esta dinâmica pode ser obtida, por exemplo, através da utilização de espécies que apresentam variações de cores de folhas ao longo do ano ou através da observação de um calendário de floração, onde se procura utilizar espécies que floresçam em diferentes períodos do ano.

Deve-se prever no planejamento da área, a utilização de plantas que possam ser coletadas pelos idosos, tanto para consumo, como para o desenvolvimento de *hobbies* no interior da edificação. Chama-se atenção aqui, novamente, para o que foi observado na instituição B, onde as idosas têm o costume de coletar flores para a ornamentação da casa e plantas medicinais para a elaboração de chás. Nesta instituição, principalmente a presença de plantas medicinais constitui um importante elemento de interesse para as idosas, sendo que mesmo algumas das residentes entrevistadas que afirmaram não ter o costume de usar o pátio, admitiram visitá-lo “apenas para pegar chás”. Algumas idosas relataram também “pegar chás para as amigas”, secando e armazenando as ervas em seus quartos para fornecer a outras idosas quando estas precisam, demonstrando o desenvolvimento de uma atividade dentro de casa e o incentivo ao estabelecimento de relações sociais a partir de materiais coletados no pátio.

A vegetação deve estimular ao máximo os sentidos dos idosos. Sobre a utilização de cores na vegetação, é importante lembrar que muitos idosos possuem dificuldades de diferenciar a relação entre as cores azul, verde e violeta. Neste sentido, recomenda-se, por exemplo, utilizar plantas com flores que ofereçam fortes contrastes de vermelho e amarelo (ROBSON *et al*, 1995; KERRIGAN, 1994). Especialmente para idosos cegos é fundamental que o jardim seja uma fonte de estímulo a outras sensações como o olfato e o tato. Para isso é importante utilizar plantas aromáticas pelo jardim, bem como planejar arranjos de vegetação que permitam ao idoso sentir, através do tato, diferentes contrastes de texturas. É importante se ter em mente que estes arranjos devem estar ao alcance das mãos do deficiente visual, devendo ser priorizada, com este objetivo, a utilização de plantas de crescimento predominantemente vertical (KERRIGAN, 1994).

Outra função importante da vegetação ressaltada por Stoneham & Thoday (1994), é a exaltação de lembranças. Muitas espécies de plantas podem estar associadas a períodos significativos e felizes da vida das pessoas.

A presença de animais também demonstrou ser uma importante fonte de estímulo à utilização do pátio pelas idosas nas instituições estudadas. A relação entre lugares mais utilizados com a presença de animais apresentou-se particularmente marcante na instituição A, onde os animais domésticos (gatos e galinhas) estão bastante vinculados à vida da instituição. Mesmo na instituição B, onde não há a presença de animais domésticos, os relatos das entrevistas freqüentemente mencionavam a observação de pássaros no pátio, atraídos tanto pela vegetação arbórea existente como pelo alimento e pela água oferecidos pelas próprias idosas.

Tendo-se em vista estas considerações, observa-se que, onde não é possível a presença de animais domésticos, deve-se dedicar maior atenção à atração de animais silvestres que venham a visitar o jardim. A atração destes animais pode ser incrementada pelo planejamento paisagístico das áreas externas através da: presença de água, utilização de espécies arbóreas que sirvam de abrigo, utilização de espécies atrativas (frutíferas nativas ou espécies floríferas que atraem beija-flores e borboletas, por exemplo) ou pela utilização de abrigos ou alimentadores artificiais (PALAZZO; BOTH, 1989).

Outro aspecto importante para as idosas, identificado durante a realização das entrevistas e das observações junto às instituições, foi a possibilidade de observar a movimentação de pessoas, tanto dentro da área da instituição como além de seus limites (que auxilia a manter o “contato com o mundo exterior”, já citado anteriormente). Desta forma, observou-se que as áreas localizadas em frente às edificações, de onde se tem vista para a rua, costumam estar entre as preferidas por grande parte das idosas. Muitos relatos, conforme já discutido anteriormente, também relacionam a preferência das idosas por determinadas áreas ao fato de nelas poderem observar os movimentos de entrada e saída da casa ou o desenvolvimento de atividades por funcionários ou outras idosas. Na instituição A, a área do pátio que oferece estas condições demonstrou ser a mais utilizada pelas idosas. Na instituição B, embora a área situada em frente à instituição tenha sido citada como uma das mais utilizadas, a falta de bancos e a falta de sombra impedem a maior permanência das idosas na área.

Estas observações permitem concluir que o planejamento de espaços abertos junto a instituições para idosos deve, sempre que possível, dedicar particular atenção a áreas localizadas em frente à instituição e/ou junto às rotas de acesso à casa. Devem ser

previstos para essas áreas locais adequados para os idosos sentarem, com boas condições de conforto térmico e fácil acesso.

Atividades

De acordo com os resultados desta pesquisa, a utilização ativa do pátio, demonstrou ser muito importante para as idosas. Observou-se que alguns dos locais mais utilizados pelas idosas, em ambas as instituições, são justamente aqueles que oferecem às idosas a oportunidade de desenvolver alguma forma de atividade.

Uma atividade comum às duas instituições, foi o desenvolvimento de tarefas domésticas no pátio, principalmente a lavagem e secagem de roupas. Esta atividade demonstrou-se muito importante para as idosas de forma geral, incentivando a utilização do pátio mesmo por aquelas senhoras que permanecem mais tempo dentro de casa. A realização deste tipo de atividade junto ao pátio pelas idosas independe da presença de serviços de lavanderia colocados à disposição pela instituição, ou seja, mesmo dispondo deste tipo de serviço, parece ser importante para as idosas poderem lavar suas próprias roupas quando desejam. Cabe lembrar que as instituições estudadas somente trabalham com o público feminino, para o qual a possibilidade de desenvolvimento deste tipo de atividade, provavelmente, esteja associada ao sentimento de preservação de sua autonomia e independência. Desta forma, o planejamento adequado de espaços abertos junto a instituições para idosos, pelo menos aquelas que atendem senhoras, deveria prever, além da área de secagem de roupas utilizada pelos funcionários, uma área própria para as residentes poderem desenvolver este tipo de atividade, como os espaços observados nas instituições estudadas para esta pesquisa, que demonstraram ser tão valorizados pelas idosas.

Na instituição A, grande parte das idosas apontou, dentre os locais que mais utilizam no pátio, aquele onde realizam suas caminhadas. A caminhada, ao que se pôde observar através desta pesquisa, parece ser uma forma de atividade física bastante prazerosa para as idosas e freqüentemente associada aos cuidados com a saúde. Na instituição B, esta atividade praticamente não é desenvolvida pelas idosas, devido à excessiva limitação das áreas externas disponíveis. No entanto, em conversas informais com residentes e funcionários da instituição B, as pessoas manifestaram sentir falta de um local para as idosas caminharem.

Áreas para a realização de caminhadas, portanto, são muito importantes em instituições para idosos, tanto ao representar uma forma de atividade física como ao constituir um atrativo para que as idosas saiam da edificação e aproveitem outros benefícios do pátio (como apanhar sol, respirar ar fresco e observar a vegetação). Devem ser previstas no planejamento de espaços abertos de instituições desta natureza sempre que possível, observadas as condições de acessibilidade e segurança que permitam sua utilização mesmo pelos idosos que apresentam maior fragilidade.

Na instituição B, a utilização de determinadas áreas do pátio pelas idosas está estreitamente relacionada a atividades de cultivo de plantas. Na instituição A, por outro lado, a utilização do pátio não está associada ao cultivo de plantas. Embora nesta instituição muitas senhoras manifestem interesse em cultivar plantas no pátio, elas deixam de fazê-lo, tanto em função da política administrativa da instituição (que não

incentiva este tipo de atividade), como devido à falta de condições físicas. Mesmo na instituição B, onde o cultivo de plantas é praticado por muitas senhoras, a limitação física também é apontada como um fator que impede a maior utilização do pátio para este fim.

Uma alternativa que pode facilitar o cultivo de plantas por idosos é o uso de canteiros elevados (ROWSON; THODAY, 1983; LANE, 1992; RELF, 1995; STONEHAM; THODAY, 1994; KERRIGAN, 1994). O princípio dos canteiros elevados consiste em elevar o nível do solo de cultivo a uma altura mais confortável para o jardineiro, o que pode ser conseguido através da construção de caixas ou reservatórios, ou através da construção de terraços ou paredes de contenção (quando se dispõe de terrenos mais íngremes). De acordo com Rowson & Thoday (1983), trazendo-se as plantas e o solo para uma altura de trabalho mais adequada, obtém-se benefícios óbvios para muitas pessoas com dificuldades físicas, especialmente aquelas que encontram dificuldades em se abaixar ou trabalhar no nível do chão (Figura 3).

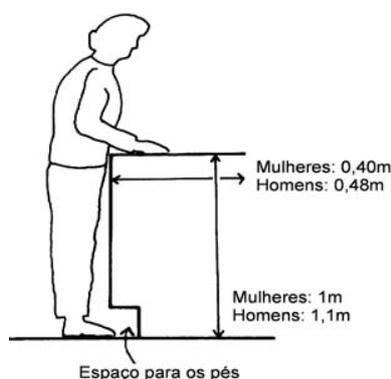


Figura 3: Canteiros elevados (STONEHAM; THODAY, 1994)

Privacidade

Embora citada por poucas pessoas, durante as entrevistas, a privacidade também pode ser considerada um fator importante na utilização dos espaços abertos. Em maior ou menor medida, as pessoas necessitam encontrar a possibilidade de estarem sozinhas ou ter controle sobre um determinado território. Para o planejamento do pátio, ela se torna especialmente importante onde as pessoas não encontram espaços privativos no interior da edificação.

Na pesquisa, algumas idosas, principalmente na instituição A, relacionaram sua preferência por determinadas áreas ao fato de encontrarem nestes locais a possibilidade de “ficar em silêncio” e “poder meditar”. Na instituição B, por outro lado, verificou-se a falta desta condição devido à excessiva limitação física das áreas externas disponíveis. Em função disso, nesta instituição verificou-se uma maior disputa e delimitação de territórios, onde algumas idosas deixam de utilizar certos espaços em função da presença de outras senhoras.

Para Stoneham & Today (1994), o desejo das pessoas por privacidade deveria ser considerado fundamental no planejamento de instituições para idosos. Neste sentido, os autores, embora salientem a maior utilização de bancos localizados próximos às edificações, recomendam que o planejador preveja a colocação de alguns bancos longe das mesmas a fim de oportunizar aos idosos a possibilidade de encontrar privacidade. A

disponibilidade de bancos mais afastados também proporciona aos residentes a privacidade necessária quando estes recebem familiares ou amigos na instituição. Recomendam ainda, onde é possível, que cada apartamento ou dormitório tenha uma área própria que permita às pessoas sentarem do lado de fora, ou que pelo menos dê a impressão de ser seu próprio espaço privativo.

4. Considerações finais

Embora o presente estudo tenha conseguido atingir seu objetivo inicial, ao trazer informações pertinentes ao planejamento de espaços abertos de instituições para idosos, seus resultados constituem apenas uma referência inicial para um tema ainda muito pouco explorado, especialmente no Brasil. Tendo em vista, portanto, o caráter exploratório deste estudo, seus resultados não podem ser considerados categóricos e definitivos. Por outro lado, ao indicarem aspectos referentes às relações dos idosos com os espaços abertos das instituições em que vivem, a partir do estudo de cenários reais, estes resultados podem ser utilizados como balizadores para estudos posteriores que venham a se aprofundar mais sobre estas relações. É importante ainda lembrar que cada instituição para idosos é um universo em si mesma, cheia de particularidades que, em última análise, definem diferentes relações entre as pessoas e seus ambientes. Também é importante ressaltar que este estudo somente verificou a utilização de espaços abertos por mulheres idosas, visto que as instituições envolvidas no estudo só atendem o público feminino. A maneira como os idosos do sexo masculino se relacionam com estes espaços e suas preferências em relação aos mesmos também constituem questões a serem respondidas no desenvolvimento de trabalhos futuros.

BIBLIOGRAFIA

AMERICAN ASSOCIATION OF RETIRED PERSONS. *The Do-Able Renewable Home*. 1997. Disponível em: [http:// www.homemods.org/library/drhome/](http://www.homemods.org/library/drhome/) . Acesso em: 23 mai. 2000.

BEER, A.R. *Social aspects of housing in relation to greenspace planning*. 2001. Disponível em: <http://www.map21ltd.com/overvecht/papers/soc-asp/desig-htm>. Acesso em: 16 dez. 2001.

BRAWLEY, E.C. *Raising the bar in designing for older adults: a quality of life issue*. Disponível em: <http://www.merchandisemart/neocon/pros/hcd02.htm> . Acesso em: 07 jan. 2001.

KERRIGAN, J. *Gardening with the elderly*. **Ohio State University Extension Fact Sheet**. HYG-1642-94. Disponível em <http://www.ag.ohio-state.edu/~ohioline/hyg-fact/1000/1642.html> . Acesso em: 02 jan. 2001.

LANE, P. *Raised bed gardening*. **Ohio State University Extension Fact Sheet**. HYG-1641-92. Disponível em <http://www.ag.ohio-state.edu/~ohioline/hyg-fact/1000/1641.html>. Acesso em: 02 jan. 2001.

PALAZZO, J.T.; BOTH, M.C. **A natureza no jardim: um estudo prático de jardinagem ecológica e recuperação de áreas degradadas.** Porto Alegre: Sagra, 1989.

PROVIDENCE CENTER ON AGING. *Designig facilities for the elderly.* 2001. Disponível em: <http://www.providence.org/resources/oregon/images/facilities.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2001.

RELF, D. *Gardening in raised beds e containers for older gardeners and individuals with physical disabilities.* Virginia Polytechnic Institute, 1995. Publication 426-020. Disponível em: <http://www.hort.vt.edu/human/pub426020d.html>, Acesso em: 07 jan. 2001.

ROBSON, D.; NICHOLSON, A.; BARKER, N. **Homes for the third age: a design guide for extra care sheltered housing.** London: E & FN Spon, 1997.

ROWSON, N; THODAY, P. *Accessible gardening: a guide to raised planters and modified growing techniques.* 1983. Disponível em: [http://ourworld.compuserve.com/homepages/Jane Stoneham/raised.htm](http://ourworld.compuserve.com/homepages/Jane_Stoneham/raised.htm), Acesso em: 12/02/2001.

STONEHAM, J. & THODAY, P. **Landscape design for elderly and disabled people.** Suffolk: Garden Art Press, 1994.

TOMASINI, S.LV.; FEDRIZZI, B.; HILGERT, N.A.; VOLTOLINI, P.F. *Espaços abertos junto a edificações de instituições para idosos: um estudo para a realidade de Porto Alegre-RS.* In: **IX Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Anais.** Foz do Iguaçu: ANTAC, 2002. p. 35-44.

- (1) doutorando, Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação - NORIE / UFRGS. E.mail: sergiovtomasini@yahoo.com.br
- (2) Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação - NORIE / UFRGS. E.mail: beatrizfedrizzi@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos temos notícias de sons criadores e destruidores, interagindo com a vida, com os primeiros agrupamentos humanos. As pinturas rupestres neolíticas, em Cogul, na Espanha, mostram pessoas dançando e nos fazem pressupor a existência de sons ritmados, de uma pré-música: “mulheres com saias dançam em torno de um homem nu, poderiam simbolizar ou representar uma dança de iniciação ou de fertilidade” (UPJOHN; WINGERT; MAHLER, 1975: 48).

Da Antigüidade nos veio uma farta documentação plástica e literária, uma vez que a musical, propriamente dita, chegou mais tarde, descrevendo a presença de sons relacionados à Religião, Medicina, Agricultura, e ao cotidiano das pessoas e suas cidades. Estes sons podem ser músicas, como os Salmos Hebraicos, que eram cantados, dos quais, restou o texto na Bíblia, ou sons-ruídos, como das hastes metálicas que os egípcios batiam, caminhando nas plantações, para afastar as pragas, numa antecipação da futura utilização da música no trabalho.

Os povos hamitas do Vale do Nilo eram essencialmente agricultores [...] alguns de seus instrumentos musicais tiveram origem utilitária [...] seus ferrinhos - duas hastes de ferro - batendo uma na outra, tão usados hoje, como na antiguidade para afugentar as pragas das colheitas, eram acompanhados por danças cujo fim era assegurar a fertilidade [...] ao mesmo tempo, seu bater rítmico ajudava a suavizar o labor dos camponeses nos vinhedos (ROBERTSON; STEVENS, 1960: 20).

A impressão que se tem ao lermos uma história da música é que só existiram relações estéticas e saudáveis entre o ser humano e o som, mas, correndo em paralelas nas obras de filósofos, naturalistas e outros estudiosos, há referências ao som-ruído, descontextualizado, que hoje chamamos de poluição sonora.

Lembramos aqui o poema sumeriano, Epopéia de Gilgamesh, comparado à Ilíada e Odisséia, que “[...] compila histórias narradas e renarradas por várias gerações. Seu herói é um rei que vive muitas aventuras e busca a imortalidade. Muitos elementos são semelhantes à história de Noé” (BURNS 2000:44,45). O referido poema atribui aos deuses o primeiro protesto contra a poluição sonora:

Naquela época [...] o povo se multiplicava, o mundo parecia um touro selvagem, e os deuses eram acordados pelo clamor. Enlil, deus das chuvas e dos ventos, disse aos demais, no Conselho: ‘O tumulto da humanidade é intolerável, já não é possível dormir por causa da Babel’. Então os deuses se comoveram e permitiram o dilúvio (TRUAX, 1994:84).

Mas não foram só os mesopotâmicos que abordaram a poluição sonora na Antigüidade. A médica Sandra Irene Cubas de Almeida autora de “História natural da disacusia induzida por ruído industrial”, em entrevista constante no artigo Inimigo Invisível, falando sobre seu trabalho, nos informa que o grego Hipócrates, no Século V a.C. já atribuía, em sua obra

Ares, Água e Lugares, a causa de várias doenças aos desequilíbrios ambientais. Em Síbaris, colônia grega na Itália destruída em 510 a.C., as atividades de calderaria foram proibidas dentro dos limites urbanos. Mais tarde, Plínio, o Velho, nascido no ano 23 da nossa era, discorreu sobre a surdez de pessoas que moravam perto das cataratas do Nilo, o que parece ter sido o primeiro relato conhecido da associação entre ruído e perda de audição. A autora observa ainda que: “são 2.500 anos de preocupação” (ALMEIDA *apud* INIMIGO Invisível, 1993: 77).

Séculos depois, o médico e filósofo, Bernardino Ramazzini, em sua obra *As doenças dos trabalhadores (De morbis artificum diatriba)*, escrita em 1700, que é uma referência até hoje, mostra uma grande visão social do trabalho, e com relação ao som, deixou-nos referências sobre os bronzistas:

Esses operários existem em todas as cidades, e, em Veneza, se agrupam em um só bairro para, durante o dia inteiro, martelarem o bronze, a fim de dar-lhe maleabilidade e fabricar depois, com ele, vasilhas de diversos tipos, com isso causando tal ruído que os operários que ali tem suas tavernas, e seus domicílios, fogem todos de um lugar tão incômodo (RAMAZZINI, 2000:247).

Que o homem e o som sempre tenham estados juntos, parece claro, entretanto, não há uma história desta relação, temos uma história da música, mas não uma história dos sons, dos outros sons.

Como soariam as ruas da antiga Atenas? Ou da Roma Medieval? As habitações renascentistas? Há pistas nas obras de geógrafos, filósofos, naturalistas, mas o som em si, sempre nos escapou. Não sabemos o som real da Primeira Guerra Mundial, e da Segunda, só através da releitura dos filmes. Não sabemos sequer como soava nossa cidade há dez anos atrás, ou nossa casa. Durante anos tiramos fotos de nossos filhos e não nos lembramos de gravar suas vozes. Hoje, parece-nos que as nossas relações com o som precisam ser reavaliadas.

2 - CIÊNCIA DE PONTA E BARBARISMO

Neste início de século XXI e inventariando o anterior constatamos que a gama de sons disponíveis aumentou consideravelmente, até mesmo, onde, por consenso, se considerava silêncio: o fundo dos mares e o espaço sideral. Sob as águas dos oceanos há assobios, estalidos, grunhidos das várias espécies marinhas. Joachim-Ernst Berendt relata, em sua obra *Nada Brahma*, que análises de bio-acústica, através de computadores, captaram informações de um a dez bilhões de *bits* em meia hora de canção de baleias, o equivalente à quantidade de informações da *Odisséia* de Homero (BERENDT, 1993:99).

Presumia-se até recentemente que, assim como os peixes, as plantas também vivessem em silêncio. A espectroscopia fotoacústica veio nos mostrar que, embora não possamos ouvi-los, há sons também no reino vegetal.

Em Israel, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, usou-se a espectroscopia fotoacústica para tornar audível o som de uma rosa no momento em que o botão se abre em flor: trata-se de um retumbar

semelhante ao de um órgão, que nos lembra os sons de uma toccata de Bach (BERENDT, 1993:100).

Os pesquisadores David Cahen, do Weizmann Institute of Science de Rehovot em Israel, e Gordon Kirkbright, do Imperial College de Londres, mostraram em seu trabalho *Listening to Cells* que um simples talo de cereais tem um som.

É preciso imaginar centenas de talos crescendo um ao lado do outro, num campo, cada um produzindo o seu próprio som, [...] uma sinfonia. Por certo o ouvido humano não pode ouvi-la e, no entanto, essa sinfonia não existiria se não houvesse um sistema sensorial para percebê-la [...] Trata-se da canção da vida, propriamente dita (BERENDT, 1993:100).

No espaço sideral, os radiotelescópios acabaram com o mito do céu silencioso, quando nosso poeta Olavo Bilac falou em ouvir estrelas, estava sem dúvida antecipando poeticamente uma realidade:

Via Láctea (Fragmento)
XIII

*“Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso!” E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvi-las, muita vez desperto
E abro as janelas, pálido de espanto” [...]*

Fonte: BILAC *apud* LIMA (1957: 47-48).

Além do céu e do mar, de um ponto de vista mais terreno, o mundo sonoro se ampliou em níveis impensáveis há algumas décadas.

Em termos de altura, de graves e agudos, a música toca os limites da audibilidade e a ciência já os ultrapassou com aparelhos como os de ultra-som usados em medicina. Hoje, há uma infinidade de timbres sonoros artificiais, não encontráveis na natureza ou em instrumentos musicais. As possibilidades de manipulação e criação relativas a este parâmetro sonoro dão ao século XX uma qualidade tímbrica especial, inclusive, musicalmente, foi considerado como o século do timbre.

Quanto à duração dos sons, a velocidade de algumas peças da música contemporânea desafia os ouvidos a acompanhá-las. No entanto, a transformação mais drástica, a que mais afeta o meio ambiente, ocorreu no volume, a música, tem sido excessivamente ampliada, o que somado aos decibéis dos ruídos do trânsito, das máquinas, das construções, torna o ambiente insuportável.

Jovens passeiam de carro embalados por um volume altíssimo [...] que chega a fazer tremer os vidros das casas [...] um estudante de 20 anos que preferiu não se identificar declarou à repórter: ‘quando estou escutando o som bem alto dentro do carro não fico preocupado com os riscos à audição. A gente acha que nunca vai acontecer com a gente’ (ZANON, 2003).

Vivemos imersos em ondas, dissimuladas pela invisibilidade, pelo menos a olho nu, e, dentre elas, as ondas sonoras, em sua grande parte nocivas, provocando os mais diversos problemas de saúde: auditivos, os mais óbvios, mas também gástricos, cardiovasculares, distúrbios do sono, de comportamento e muitos outros, já comprovados por vários trabalhos, dentre os quais o do professor e neurofisiologista, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Fernando Pimentel-Souza integrante do Instituto de Pesquisas sobre o cérebro da UNESCO que se mostra preocupado com a qualidade do sono do brasileiro, relata:

No sono, a audição, o segundo sentido em quantidade de informação, assume o controle para detectar qualquer sinal de perigo, mantendo seus canais abertos numa abertura angular total de 360° em torno do nicho individual. A perturbação pelo ruído é uma das mais críticas, porque o silêncio se faz necessário para o sono ocorrer na melhor qualidade [...] caso contrário, mesmo dormindo o organismo começa a reagir gradualmente com seu alerta e o indivíduo tende a acordar (PIMENTEL-SOUZA, 2000: 2).

Pimentel-Souza (2000) aborda ainda o aspecto de que nos trabalhos pioneiros, em experiências de privação de sono, com registro do eletroencefalograma demonstrou-se a necessidade do sono NMOR (de não movimentos oculares rápidos) para a recuperação física e dos sonos MOR (movimentos oculares rápidos) para recuperação do humor e da capacidade intelectual (PIMENTEL-SOUZA, 2000: 3).

Enfim, a falta de sono traz não só distúrbios físicos mas também intelectuais e de comportamento, e, aquelas pessoas que pensam em dormir para esquecer o barulho não estão livres dele e a diminuição de qualidade de vida ocorre também nesta situação.

Não é mais possível ignorar simplesmente os sons que acontecem em nosso meio, com os quais interagimos constantemente.

Pode-se planejar a vida do ponto de vista acústico e não deixar simplesmente acontecer, como se fosse tudo acidental [...] hoje temos problemas de poluição sonora no mundo todo, isto porque, em grande parte as pessoas simplesmente ignoravam os sons que estavam à sua volta (SCHAFER, 1992a).

Mesmo entre a maioria dos músicos, principalmente os que trabalham com alguns tipos de música popular, não há uma real consciência sonora do meio circundante ou do que estamos fazendo com ele. Os próprios produtores especializados de som são vitimados, como mostra um estudo recente de surdez em músicos de trios elétricos da Bahia, realizado pelos médicos do trabalho, Carlos R. Miranda e Carlos R. Dias.

Entre 187 trabalhadores em bandas e trios elétricos avaliados neste trabalho a prevalência de perda auditiva induzida por ruído (PAIR) foi de 40,6 %, o que significa que 76 trabalhadores apresentaram tal alteração. Em mais da metade dos casos diagnosticados de PAIR as lesões eram graves e avançadas, especialmente entre os baixistas, percussionistas, bateristas e vocalistas (MIRANDA; DIAS, 1999).

Com relação aos recursos antibarulho, os arquitetos explicam que eles existem mas,

segundo João Baring, do Instituto de Pesquisa Tecnológica da USP, normalmente os construtores não usam estes recursos porque não há interesse da própria sociedade. Em países como a França e Suíça tais recursos são obrigatórios nas edificações em lugares ruidosos. Enfim, a tecnologia contra o ruído existe, mas não sairá dos centros de pesquisa, nem dos livros e dos congressos, enquanto a sociedade não pedir silêncio (BARING *apud* FONTOURA, 1994).

Além disso, há falsas relações sugeridas, principalmente, nas últimas décadas do Século XX entre o uso de sons e certas atividades, por exemplo, som forte e saúde: em algumas ensurdecedoras academias de condicionamento físico; som forte e juventude: nos concertos de rock. Em alguns meios, a potência sonora é inquestionável e os decibéis se firmam como intocáveis.

Há muitas faces no problema da poluição sonora, e, quando ela traz benefícios financeiros para alguém ou alguns, o resgate do silêncio torna-se uma tarefa muito difícil, que só a sociedade sensibilizada, como um todo, pode conseguir. Mas para isso, é preciso informar, educar, criar leis e fazer cumprir as já existentes.

O ambiente sonoro é como uma grande composição acontecendo ao redor da gente, constantemente, e nós somos, agora, os principais criadores desta composição [...] produzimos a maior parte dos sons, portanto temos a responsabilidade de melhorar a orquestração. Só nós podemos mudá-la e esta responsabilidade, creio eu deveria ser entendida por todos (SCHAFER, 1992a).

Quando os sons ultrapassam os limites saudáveis para o ser humano não se trata mais de estética e sim de sobrevivência. Quando o preço tecnológico é pago em doenças e baixa qualidade de vida não é mais uma questão só do músico, do ambientalista, mas de cada ser humano do planeta Terra.

3 - CIDADE E QUALIDADE ACÚSTICA

Como já foi dito anteriormente à medida que a sociedade se transforma tecnologicamente os sons indesejáveis vêm se multiplicando nas cidades. Nas palavras do engenheiro e arquiteto holístico, alemão, especialista em Ecologia Urbana, Ekhart Hahn:

As cidades são uma criação do pensamento, representam a forma mais concreta de relação entre a sociedade e o meio ambiente. No mundo inteiro converteram-se no símbolo da crise ambiental já que transformam recursos naturais valiosos em detritos e contaminantes. (HAHN, 1994).

Dando continuidade, Hahn afirma que apesar disso, são também lugares de renovação:

As soluções partem das pessoas cujas condições de vida estão ameaçadas. Existe um grande número de sinais que nos indicam que chegou o momento de realizar transformações básicas nos processos de produção e consumo, na atitude e comportamento das pessoas na estrutura urbana das cidades (HAHN, 1994).

Em seqüência ao pensamento de Hahn, lembramos o musicólogo, também com formação em filosofia e etno-antropologia, Nils Lennart Wallin, que aborda o problema do desconhecimento do novo ambiente sonoro que nos cerca, como parte da civilização moderna.

A civilização moderna caracteriza-se por um grande crescimento demográfico, e, paralelamente por uma densidade cada vez maior de redes urbanas, viárias, industriais, agrícolas, aéreas que provocam poluição, redução de lençóis freáticos e o desaparecimento de espécies animais. Outra consequência, sobre a qual ainda não se chamou a atenção suficientemente, é o novo ambiente sonoro, em grande parte causado pelo grande aumento de sons inorgânicos e involuntários (WALLIN, 1986:31).

Neste início de século XXI, temos novas fronteiras em todos os parâmetros sonoros, mas não aconteceu a responsabilidade, a ética, o cuidado que deveriam corresponder aos novos avanços, provavelmente porque faltou até mesmo a informação.

3.1 Assédio Sonoro - Contaminação e Violência Acústica

A cidade tem infinitos espaços acústicos: a rua e seu trânsito: construções, lojas, bares, clubes, *shopping centers*, escolas, aeroportos e muitos outros, cada um com sua trilha sonora especial, particular e muitas vezes insuportável.

Há uma insistência, uma inoportunidade sonora com a qual nos confrontamos a cada dia, um verdadeiro assédio.

Assédio vem do latim *obsidui* (ASSÉDIO, 1975:147) que significa: cerco posto a um reduto para tomá-lo; sítio, insistência importuna junto de alguém...

Quando vamos a um restaurante somos surpreendidos com música, nem sempre desejável, mas quase sempre forte, a ponto de não podermos conversar ou degustar o alimento em paz, se pensarmos na influência de certos sons no aumento do suco gástrico, como afirmam os especialistas da área médica: saímos para nos distrair e nos candidatamos a uma úlcera.

Nos aeroportos, nas lojas, supermercados, transportes urbanos, tudo soa mal e forte, não há escolha, estamos sitiados, a liberdade humana é cerceada por ondas sonoras o tempo todo e o pior que muitas vezes, nem consciência temos disso.

As lojas fazem guerras sonoras, não se contentando em usar o som em seus interiores, colocam os amplificadores nas calçadas, o que somado ao tráfego potencializa o ruído.

Quando telefonamos, é comum termos que ouvir música ou publicidade não desejada, o que nos deixa ansiosos e irritados na maior parte das vezes, principalmente se temos urgência em nos comunicar.

Há quem use som ambiente, sem critério algum, até mesmo em consultórios e hospitais. A música pode fazer muito bem a um doente, desde que escolhida por um terapeuta musical, e, com o aceite de quem vai ouvi-la; além disso, há que se ter sempre a opção do silêncio.

Os automóveis com aparelhos de som, também chamados de "carros de som" abusam dos decibéis para chamar a atenção, vender produtos, anunciar promoções do comércio ou até mesmo para pedir votos para algum candidato, que se diz defensor do povo, e já começa por prejudicar seus ouvidos.

As expressões Contaminação e Violência Acústica, utilizadas pelo Engenheiro argentino Federico Miyara, podem parecer um pouco dramáticas mas talvez por isso mesmo tenham funcionado: a Argentina vem organizando desde 1996 Jornadas Internacionais Multidisciplinares sobre Violência Acústica. Segundo o engenheiro, a contaminação do meio ambiente pode ser classificada como material e energética:

O ruído entra nesta última classificação uma vez que não implica na liberação de nenhuma substância estranha no ar, senão a emissão de energia vibratória. Uma vez que o estudo das vibrações faz parte do campo disciplinar da Acústica, se considera o ruído como contaminação acústica (MIYARA, 2003a).

Quanto à violência, Miyara observa que sua característica básica é:

Causar dano, incômodo e sensação de impotência. Por certo, a violência acústica é capaz de produzir os mesmos efeitos e, em muitos casos, potencializados pela submissão à ela durante períodos muito extensos de tempo (MIYARA, 2003b).

Continuando, alerta, que uma forma de "violência exercida através do som não é necessariamente intencional, pois é muito comum que o agressor não esteja consciente de estar exercendo alguma forma de violência" (MIYARA, 2003b).

Seja assédio, contaminação ou violência, o impacto em transtornos e doenças decorrentes do som, ainda não é suficientemente conhecido, pelo menos fora da Academia. Também não se pensa nos sons naturais como os da chuva, das fontes, ou das vozes das pessoas que não estamos conseguindo ouvir porque outros sons não deixam.

Um homem com um alto-falante é mais imperialista do que outro que não o possui [...] Um homem com uma pá, não é imperialista, mas um homem com uma serra elétrica é, porque tem poder para interromper e dominar outras atividades acústicas na vizinhança (SCHAFER, 2001:115).

Os aparelhos de som estão cada vez mais potentes, onipresentes revelando o que o músico e ecologista canadense Murray Schafer, acima citado, chamou de imperialismo sonoro. Nas cidades, nas praias, no campo, há sempre alguém abusando do seu poder acústico e impingindo-o aos outros que só queriam escutar o mar, o vento nas folhas, ou simplesmente ficar em silêncio. E nós continuamos passivos, ou reclamamos, mas a beleza dos sons roubados não tem volta.

O escritor grego, Kazantzakis, resumiu, de maneira muito poética, os sons da natureza, e o silêncio:

Apoiados em nossos sólidos cajados de carvalho, bornais às costas, subíamos a estrada calçada de pedras redondas [...] atravessando uma densa floresta de castanheiras meio desfolhadas, pistacheiros e loureiros

de folhas largas. O ar cheirava o incenso, ou assim nos parecia. Era como se tivéssemos adentrado uma colossal igreja composta de mar, montanhas, florestas [...] cujo teto era o céu aberto e não uma cúpula. Virei-me para meu amigo. [...] Por que não conversamos um pouco? Sugeriu. Estamos conversando respondeu ele [...] mas com o silêncio, a língua dos anjos (KAZANTZAKIS apud SCHAFER, 2001:351).

4. POR UMA GEOGRAFIA SONORA

Na verdade, a cidade é muito mais estudada em seu aspecto social, espacial, visual, mas nas últimas décadas do Século XX, os problemas sonoros impuseram sua presença, e não se pode mais ignorá-los por uma questão até mesmo de saúde pública.

Frédéric Roulier, em seu trabalho *Pour une Géographie des Milieux Sonores*, aponta para o fato de que:

Até o presente, a interpretação geográfica das distribuições espaciais é essencialmente fundada numa percepção visual do mundo. Não é uma redução considerável do nosso campo de pesquisa? Porque não considerar uma geografia do ruído, ou ainda, uma geografia dos sons? [...] O espaço sonoro é indissociável do espaço visual, e, como este, se estende até o horizonte. Onde estivermos, a cada instante o espaço sonoro nos envolve e nos informa. (ROULIER, 1999).

O mundo dos sons não é uniforme, continua o geógrafo: ao contrário tem grandes disparidades tanto no plano temporal como espacial. A análise de suas variações justifica a abordagem geográfica e fundamenta as pesquisas na disciplina, ou seja, o que nos interessa, do ponto de vista geográfico são as variações espaciais dos ruídos. A transição do campo para a cidade já revela um contraste surpreendente no plano sonoro. Mas na cidade, apesar da mecanização excessiva do espaço sonoro as disparidades persistem [...] segundo o lugar, o ruído dos veículos se funde com vestígios do canto dos pássaros ou manifestações de uma presença humana residual. Os parques e jardins [...] chegam a reconstituir uma ilha de calma (ROULIER, 1999).

Em seqüência, ele aborda o fato de que: coabitam, igualmente, ao nível geográfico, micro e macro variações: a localização de um apartamento, rua, lugar, a presença de um obstáculo de natureza material define as modificações acústicas finas do meio sonoro (ROULIER, 1999). Quanto às macro-variações, ele cita Schafer:

A geografia e o clima dão uma tonalidade própria à paisagem sonora de uma região. Nos grandes espaços do Norte o som do inverno é o ruído da água congelada - gelo e neve [...] são os sons fundamentais das paisagens nórdicas, como o mar para a vida marítima (SCHAFER apud ROULIER, 1999).

4.1 Três Geografias

As três geografias sonoras de Roulier: abordadas no artigo *Pour une géographie des milieux sonores* (1999) baseado em sua Tese de Doutorado: *Le milieu sonore d'Angers*:

essai d'une géographie du bruit são: Geografia do Ruído, Geografia dos Ruídos e Geografia dos Meios Sonoros.

A Geografia do Ruído trata dos efeitos da poluição sonora, as políticas nacionais de luta contra o ruído, legislações, distribuição geográfica dos pontos negros de ruído (acima de 70 dB), cartografia do ruído, taxa de população exposta, avaliação das queixas (ROULIER, 1999).

Quanto à Geografia dos Ruídos, estuda a variedade de sons existentes, não os danos causados. Tem a ver, com a interpretação da sociedade pela sua produção de espaço sonoro: "*Que ensinamentos podemos tirar de uma escuta do meio sonoro? Os sons assim como as imagens nos informam sobre os diferentes modos de vida, da economia, dos comportamentos sociais*" (ROULIER, 1999).

Outra abordagem seria sobre as representações diferenciadas do espaço sonoro, o que significa, como se mostra para os diferentes indivíduos, classes sociais e faixas etárias.

Dando continuidade, a Geografia dos Meios Sonoros seria relacionada à exploração do domínio sonoro. Há fatores que complicam: o espaço sonoro tem mais a ver com o tempo do que com o espaço; é um espaço fragmentado, nem homogêneo, nem contínuo. Os mapas mentais sonoros parecem uma sucessão de sons isolados. Além disso, é um espaço metabólico, onde as formas mudam de fundo sonoro para figura sonora (Roulier, 1999).

O autor analisa, ainda, o Meio Sonoro como um campo de pesquisa transversal, que integra grande parte da Geografia do Ruído e da Geografia dos Ruídos: como o espaço se articula com os produtos do meio sonoro, havendo vários aspectos a considerar: mal-estar causado pela poluição sonora; representações mentais do som; legislação; avaliação (medidas); cartografia (comunidade atingida), ordenamento; queixas, petições; produção sonora (indivíduos, indústrias, transportes, etc). Enfim,

Os sons da cidade são ligados à sua morfologia, sua arquitetura. Não serão os mesmos em Tóquio, Londres, etc. Os tipos de economia, os comportamentos sociais e tecnologia densidade populacional induzem a variações que fazem com que cada cidade possua uma identidade sonora (ROULIER, 1999).

Na cidade, o *leit motiv* - expressão musical que significa tema condutor de situação ou personagem - vem, principalmente, dos sons culturais dos inventos humanos. Mas, a cidade ruidosa, indica também que algo não foi, ou não está sendo feito, tanto em termos de previsão como de manutenção ou de transformação das condições existentes.

No meio acadêmico brasileiro já há profissionais de áreas diversas como Engenharia, Arquitetura, Urbanismo, Medicina, Música, que se manifestam sobre som, saúde e meio ambiente, mas a sociedade em si, ainda está distante de uma consciência dos problemas sonoros.

Do ponto de vista urbano, por exemplo, há como disciplinar o uso do solo, apenas não se pensou em fazê-lo do ponto de vista sonoro. Estabelecer padrões de ruído por zonas é

uma forma de ordenamento, de colocar cada coisa em seu lugar e a adoção de medidas preventivas pode evitar uma série de problemas futuros.

O planejamento do uso de áreas adjacentes a locais barulhentos, tais como algumas zonas industriais, aeroportos ou vias com grande movimento de veículos, pode ser feito de modo a dificultar a propagação dos ruídos ou a minimizar a incidência dos mesmos em áreas a preservar - zonas residenciais - hospitais - igrejas - escolas - áreas de lazer, bibliotecas, etc. (MOTA, 1999: 231-232).

Lembrando que o estudo da cidade na Geografia se insere na ramificação urbana, e que esta ainda não considera os sons, por enquanto, estamos estudando só parte da cidade. Toda a paisagem sonora composta tanto pelos sons naturais como pelos culturais, tecnológicos, ainda é dada como inexistente.

Todo mundo quer uma cidade linda, com ar puro, água limpa, solo saudável, pessoas bem alimentadas, acesso à saúde, educação, cultura, mas não podemos esquecer que, assim como os filmes, as cidades também têm suas trilhas sonoras, e que estas precisam ser consideradas, e melhoradas porque também fazem parte do todo, da obra-cidade.

5. MARCAS E RASTROS SONOROS

Entende-se por Marca Sonora (*Soundmark*) um “som único, da comunidade, significativo para a população do lugar (SCHAFER, 2001:27) que tanto pode ser natural como o som do Rio Sena cortando Paris, ou cultural, como o som do Big Ben em Londres. Cada cidade, de certa forma, tem as suas marcas sonoras, mais ou menos significativas. Mas é bem mais comum prestarmos atenção aos aspectos visuais do que aos sonoros: sabe-se o visual das praças, por exemplo, mas não sua trilha sonora, a questão da percepção acústica ainda deixa muito a desejar, nesta civilização do olhar.

Quanto aos rastros-sonoros, que não deixam de ser marcas, relata Bruce Chatwin, escritor-jornalista-arqueólogo que para a mitologia aborígene australiana, no começo, só havia a terra que encerrava, subterraneamente, todas as coisas e seres:

Na manhã do primeiro dia, o sol nasceu e sob o efeito de seu calor os ancestrais se revelaram, libertando-se da terra [...] aumentaram em número e começaram a andar [...] caminhando eles criavam, cantando, todas as coisas as coisas da terra. Depois voltaram ao submundo deixando cantos-rastros que foram herdados pelos membros de seu clã. A Austrália é assim, coberta de rastros sonoros que compõem uma verdadeira partitura musical. Esses rastros são invisíveis para os estranhos [...] O canto conduz de lugar a lugar, medindo distâncias. O canto é o itinerário, o itinerário é o canto (CHATWIN apud CHARLES, 1998: 218).

Estes rastros sonoros foram chamados de *Songlines*, também título da obra de Chatwin, considerada meio romance, meio diário de viagens onde ele afirma que: hoje, se levarmos um aborígene, de carro, ao longo de uma Songline ele orientará o percurso, recitando em voz baixa o canto-poema do lugar, mas é preciso dirigir devagar porque os cantos correspondem à velocidade de marcha à pé (CHATWIN apud CHARLES, 1998: 218-219).

Pensamos que mesmo que um local não tenha Marcas Sonoras de projeção internacional como o Sena, o Big Ben, ou *Songlines* ditada por ancestrais, existem outras marcas e outros rastros, mais modestos talvez, ou inexplorados, que fazem parte da memória dos lugares e do perfil das cidades.

O turismo, por exemplo, é sempre estudado do ponto de vista visual, mas porque não passeios acústicos? Trilhas sonoras urbanas seriam uma forma de trabalhar e ampliar a percepção dos sons da cidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Schafer a Revolução Industrial introduziu na paisagem sonora o efeito de linha contínua: “*prolongado e imutável o corpo do som é reproduzido no registro gráfico como uma longa linha horizontal [...] A linha achatada e contínua dos sons é uma construção artificial* (SCHAFER, 2001: 117)”. Enquanto ouvia o som dos martelos dos pedreiros no Takht-e-Jamshid no Teerã o autor relata ainda que se deu conta de que nas sociedades antigas os sons eram separados, interrompidos e que hoje uma grande parte - talvez a maior - é contínua e afirma ainda que esta linha

É suprabiológica. Podemos dizer que os sons naturais têm existência biológica. Eles nascem, florescem e morrem. Mas o gerador ou o ar-condicionado não morrem: recebem transplantes e vivem para sempre (SCHAFER, 2001: 117).

Nas cidades de hoje, o trânsito é a grande linha contínua, dia e noite, pontuado por fragmentos de música dos aparelhos de som dos automóveis, ruídos de obras públicas, sirenes, gritos, enfim uma orquestração soando o tempo todo e em toda a parte.

Observamos que há, com relação ao som excessivo uma indulgência maior daquela que se tem com qualquer outra forma de poluição. Hoje, a sociedade já aprendeu a reclamar de águas poluídas, má qualidade do ar, mas em relação ao som, seja por invisibilidade das ondas ou por passividade dos indivíduos, age-se como se ele fosse um subproduto natural do avanço tecnológico. Se, por um lado, temos avanços, pesquisas, abertura de novas fronteiras, como já foi dito, aprendemos a utilizar o som na medicina, na biologia marinha, e em muitas outras áreas, por outro, há ainda um barbarismo: jovens destruindo suas células auditivas no culto à potência sonora, operários vitimados pelo som das máquinas e nós, todos, pelo trânsito, nossos inventos e nossa inconsciência.

Sabe-se de atitudes acústicas isoladas, tomadas por países ou cidades como Tóquio, que em dez anos passou da primeira para a décima colocada na relação das cidades mais barulhentas do mundo, valendo-se, dentre outras coisas, de simples avisos na televisão: “*Caro telespectador, são 22 horas, por favor, reduza o volume ao mínimo*” (OLIVEIRA 1989: 31). São Paulo, bem como outras cidades do Brasil, conta com um programa de silêncio urbano, mas as soluções, tanto nacionais como internacionais, não tem sido suficientemente eficazes. Não há, talvez pelo caráter predominantemente visual de nossa civilização, uma preocupação global com os efeitos dos sons nas cidades.

Neste ponto da trajetória, início do século XXI, considerando-se as fontes sonoras existentes e seu potencial de desdobramentos, parece-nos necessário resgatar nossa relação com o som: que ele seja medido, estudado, melhor entendido, em benefício de uma consciência sonora que nos leve à responsabilidade e ao planejamento de ambientes, cidades mais saudáveis.

Entretanto, o ambiente sonoro ruidoso não se resolve por si, ou por decreto, o caminho é complexo, político, transdisciplinar, e, principalmente educacional, começando pela auto-educação. Ter consciência dos sons que nos cercam, é uma forma de entendê-los melhor para só então pensar em interferência ou transformação, conforme nos sugere Schafer em vários de seus escritos.

Para melhorar a paisagem sonora mundial é muito simples. Precisamos aprender a ouvir. Esse parece ser um hábito que esquecemos. Precisamos sensibilizar o ouvido ao maravilhoso mundo de sons à nossa volta. Depois que tivermos desenvolvido alguma perspicácia crítica, iremos em direção a projetos maiores que tenham implicações sociais (SCHAFER, 1992b: 2).

A trajetória percorrida nos leva a vários caminhos, e um dos mais fascinantes, é o da Transdisciplinaridade, acreditamos que seria uma forma de chegarmos a espaços insuspeitados de novos conhecimentos sobre as relações: ser humano - som - meio ambiente, e, de possibilidades de transformações e auto-transformações em busca não só de uma nova visão do mundo, mas talvez de uma nova audição do mundo.

Seria uma questão de assumirmos nosso presente e nosso futuro acústico, que ele seja melhor e mais bonito. Voltar atrás não há como, é impossível desinventar tudo que já criamos, só porque, como aprendizes de feiticeiros, não conseguimos controlar nossas mágicas. Mas é possível buscar soluções ainda que pareçam longínquas ou utópicas.

Assim como se veicula campanhas de vacinação, racionalização da água, ou da energia elétrica, que também hajam campanhas pela melhoria da qualidade sonora das cidades. Que uma cidade tenha menos poluição e mais marcas sonoras e *songlines*

Não sei se seria:

Adote um som, Adote um silêncio, mas algo poderia ser feito.

Referências Bibliográficas

ASSÉDIO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 147.

BERENDT, J.E. **Nada Brahma: a música e o universo da consciência**. São Paulo: Cultrix, 1993.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental**. São Paulo: Globo, 2000. v.1.

CHARLES, Daniel. **Musiques nomades**. Paris: Kimé, 1998.

FONTOURA, Cláudia. *São Paulo engatinha na luta antibarulho*. **O Estado de São Paulo**, 21 nov. 1994, C4.

HAHN, Ekhart. La reestructuración urbana e ecológica. **Ciudad y Territorio**, v. 2, 1994. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/boletin/n5/-aehah.html>, Acesso em: 05 junho, 2003.

INIMIGO, Invisível. **Proteção Saúde**, Nova Hamburgo, n. 22, p. 14-25, 74 a 85, abr/mai 1993.

LIMA, Alceu A. **Olavo Bilac**: poesia. Rio de Janeiro: Agir, 1957.

MENUHIN, Yehudi; DAVIS, Curtis W. **A música do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MIRANDA, Carlos R.; DIAS, Carlos R. **Perda auditiva induzida pelo ruído em trabalhadores em bandas e trios elétricos de Salvador, Bahia**. Disponível em: http://www.sborl.com.br/html/body_rev645mat08.htm, Acesso em 13 março, 1999.

MIYARA, Federico. **Contaminación acústica urbana**. Disponível em: <http://www.estrucplan.com.ar/Articulos/nuevo.asp>, Acesso em 20 maio 2003a.

MIYARA, Federico. **Violencia acústica: nuevo o viejo trastorno?** Disponível em: <http://www.estrucplan.com.ar/Articulos/nuevo.asp>, Acesso em 20 maio, 2003b.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

OLIVEIRA, Lúcia H. de. *Silêncio: som demais*. **Superinteressante**, São Paulo, Abril, ano 3, n. 1, pp. 26-31, 1989.

PIMENTEL-SOUZA, Fernando. *Efeito do ruído no homem dormindo e acordado*. Florianópolis, **Acústica & Vibrações**, Revista Semestral da Sociedade Brasileira de Acústica - Sobrac, n.25, pp. 2-17, jul. 2000.

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. São Paulo: Fundacentro, 2000.

ROBERTSON, Alec; STEVENS, Denis. **História da Música 'Pelicano'**: das antigas formas à polifonia. Lisboa: Ed. Ulisseia, v. 1, 1960.

ROULIER, Frédéric. **Pour une géographie des milieux sonores**, 1999. Disponível em: <http://www.cybergeopresse.fr/paysenvi/texte.roulier.htm>, Acesso em 28 abril, 2002.

SCHAFER, Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Ecologia do som**. Londrina, UEL, 1992a. Entrevista concedida a Rádio da Universidade Estadual de Londrina.

_____. **Educação Sonora**. São Paulo: Instituto de Artes - UNESP, 1992b.

TRUAX, Barry. **Acoustic communication**. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1994.

UPJOHN, Everard; WINGERT, Paul S.; MAHLER, Jane G. **História mundial da arte: da pré história à Grécia Antiga** v. 1. São Paulo: Difel, 1975.

WALLIN, Nils L. *O Espaço sonoro e poluição auditiva*. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, FVG, ano 14, n. 6, pp.31-33, jun. 1986.

ZANON, Erika. *Som alto dá multa e prejudica o ouvido*, **Folha de Londrina**, Londrina, 15 jun. 2003. Carro & Cia.

-
- (1) Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Estadual de Londrina; e.mail: reginkari@yahoo.com.br
 - (2) Docente do Programa de Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Departamento de Geociências - Universidade Estadual de Londrina; e.mail: yoshiya@ldnet.com.br